ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 – Série VII – N.º 567
8 de Novembro de 1984

Preço: 30$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

CONTRA A POLÍTICA DE FALÊNCIA NACIONAL

«Ou a política actual prossegue e Portugal se afunda, ou se lhe põe fim demitindo o Governo e adoptando uma política verdadeiramente nacional»

(Álvaro Cunhal no discurso da 1.ª Assembleia da Organização Local do Porto)

Págs. 4/5/6

No último fim-de-semana, a vida partidária foi assinalada por duas importantes assembleias concelhias, a do Porto (em cima) e a de Vila Real de Trás-os-Montes (em baixo), nas quais esteve presente o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal

Não À GUERRA NUCLEAR

Conferência de personalidades portuguesas e espanholas, sábado e domingo em Lisboa

Pág. 2

Encontro de quadros de células de empresa do CL de Lisboa

Inserido na campanha nacional em curso de reforço das células de empresa, realiza-se no próximo sábado, no Centro Vitória, um encontro de quadros de células de empresa promovido pelo Comité Local de Lisboa. O início dos trabalhos é às 9 e 30, prevendo-se a participação de cerca de 250 militantes do Partido.

Sector empresarial do Estado hoje em S. Bento

Plenário hoje, às 16 horas, frente à Assembleia da República, das Organizações Representativas dos Trabalhadores do Sector Empresarial do Estado.

NICARÁGUA Vitória da Revolução

BRASIL Anticomunismo contra a democracia

URSS 67.º Aniversário da Revolução

Pág. 8/Suplemento

Suplemento / Avante! Não pode ser vendido separadamente

Na morte do Prof. Ruy Luís Gomes

ABRIL VENCERÁ

Págs. 7/8/9

A arma da unidade é indispensável

Os trabalhadores lutam pelo que é seu

Págs. 2/3

TURQUIA *QUEM CHORA POR ESTES MORTOS?*

Pág. 12

10 MIL novos membros para o PCP: *recrutamento em todo o País*

Pág. 5

SEMANA

31
Quarta-feira

Indira Gandhi

O défice orçamental para 1984 vai ultrapassar os 300 milhões de contos. A acusação parte das bancadas do grupo parlamentar do PCP. De lembrar que o Governo diz ser o défice de «apenas» 265,1 milhões de contos ■ Primeiro foi no Porto, agora é em Sintra. Bebemos água que não presta. Água que é fornecida pela EPAL e que esta diz ser boa, mas que os serviços municipalizados dizem que não ■ Indira Gandhi foi assassinada. A primeiro-ministro indiano, e presidente do Movimento dos Países Não Alinhados, foi abatida a tiro por guardas sikhs. Horas depois do assassinato de sua mãe, Rajiv Gandhi foi nomeado primeiro-ministro ■ A violenta repressão fascista que no Chile se abateu sobre o povo durante a primeira greve geral de oposição ao regime de Pinochet causou, no mínimo, sete mortos e dezenas de feridos.

1
Quinta-feira

Feriado Nacional. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) mantém a convocatória para a semana de protesto da lavoura, que se realiza de 19 a 24 deste mês ■ A União dos Sindicatos do Porto convoca para dia 17 deste mês manifestações e desfiles na cidade nortenha contra a política gravosa do Governo ■ Depois da morte de Indira Gandhi, a violência anti-sikh alastra na União Indiana ■ O Conselho de Administração da OIT (Organização Internacional do Trabalho) reuniu-se em Genebra para analisar a queixa apresentada pela Associação pró-sindical da PSP contra o Estado português.

2
Sexta-feira

Os trabalhadores da Quimigal decidem reunir-se em plenário permanente descentralizado em toda a empresa contra a intenção do conselho de gerência de dar por findas as negociações de revisão do seu acordo ■ A «Renamo» anuncia em Lisboa mais acções de banditismo contra a República Popular de Moçambique e ameaça cooperantes portugueses ■ A escola secundária de Telheiras está encerrada como forma de protesto contra a morte de uma sua professora que pereceu vitimada por um atropelamento mesmo à porta da escola. Este é já o segundo acidente mortal ali verificado ■ Os sindicatos e outras organizações anti-*apartheid* apelaram para que a população da província sul-africana do Transvaal paralisasse completamente nas próximas segunda e terça-feira ■ Índia ainda é notícia. Depois do assassinato de Indira Gandhi, as forças armadas foram forçadas a intervir em 62 cidades daquele país para tentar pôr cobro à vaga de violência entre as comunidades hindu e sikh.

3
Sábado

Uma curta maratona

Cidálio Caetano vence a 1.ª Maratona de Lisboa com um tempo que igualaria a melhor marca mundial... se a corrida tivesse a distância regulamentar ■ O governo moçambicano advertiu o Governo português da preocupação com que se assiste impunemente às actividades dos bandos armados contra-revolucionários moçambicanos em Portugal ■ São números impressionantes os que nos chegam da Índia. Indira Gandhi foi cremada. Com ela estiveram um milhão de pessoas. Por todo o país, a violência anti-sikh já originou mais de 1500 mortos, tendo sido devastadas diversas povoações e assassinada a sua população ■ Nas Honduras, abortou uma tentativa de golpe de Estado para derrubaro presidente Roberto Suazo ■ Foi convocada a greve geral na África do Sul em protesto contra a repressão governamental da resistência popular aos aumentos de preços e ao agravamento da situação política. A greve geral foi convocada pelos sindicatos e organizações comunitárias, tendo sido convocada primeiro só para a província do Transvaal.

4
Domingo

Primeiras chuvadas: um aviso?

Praticamente um ano após as cheias de 14 de Novembro, as primeiras chuvadas são o suficiente para provocar avultados prejuízos na zona lisboetá. Um ano depois, tudo continua por fazer ■ Durante a sessão de encerramento da 1.ª Assembleia da Organização Local do Porto, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, afirmou que é urgente renegociar a dívida externa para evitar o desastre «para o qual o Governo arrasta Portugal» ■ Os preços dos serviços e bens essenciais portugueses são dos mais caros da Europa, revelou a CGTP-IN. Segundo um estudo elaborado pela central sindical, desde que o Governo PS/PSD tomou posse houve produtos que já aumentaram, nalguns casos, 135 por cento, como acontece com a batata ■ Começou no Porto a 7.ª edição do Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica FITEI/84 ■ Naquelas que foram as primeiras eleições livres da Nicarágua, o povo afluiu em massa às urnas, contrariando assim todos os planos desestabilizadores e boicotadores encomendados por Washington ■ Em Argel, dirigentes das principais forças políticas da OLP debateram os problemas sentidos no seio desta organização.

5
Segunda-feira

Cidadãos portugueses imigrados em Angola e organizados na Associação 25 de Abril denunciaram, em carta ao Presidente da República, general Ramalho Eanes, o envolvimento do Governo português na conspiração antiangolana e pediram a sua demissão ■ Em ordem de serviço de 29 de Outubro, o conselho de gerência da RTP instituiu formalmente a censura na RTP «a todos os filmes nacionais ou estrangeiros destinados a exibição em qualquer dos canais» ■ A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) obteve a maioria absoluta, cerca de 65 por cento dos votos, nas primeiras eleições livres da Nicarágua. Os comandantes Daniel Ortega e Sérgio Ramirez foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da República da Nicarágua. O PCP já saudou a vitória sandinista ■ Na África do Sul alastra a greve geral de protesto contra a repressão que, só nas últimas semanas, causou 150 mortos ■ No Chile, o governo apresentou a sua demissão ao ditador Augusto Pinochet.

6
Terça-feira

Representantes dos trabalhadores do distrito de Setúbal deslocam-se à Assembleia da República para denunciar a fome, os despedimentos e a repressão que assolam a região; depois de lançarem das galerias tarjetas em que explicavam a situação, são expulsos da sala ■ Em nota tonada pública o PCP alerta para o «sério agravamento do montante da dívida externa», desmentindo assim afirmações de elementos do Governo que falavam em «estabilização dessa mesma dívida» ■ A coordenadora das Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT's) afirma que o sector empresarial do Estado não dá prejuízo e que pelo contrário é o Estado que deve centenas de milhões de contos às empresas nacionalizadas ■ Eleitores norte-americanos vão às urnas para escolher o presidente dos EUA: os dois candidatos que se apresentam com possibilidades de ser eleitos são Ronald Reagan, pelo Partido Republicano, e Walter Mondale, pelo Partido Democrático ■ Denunciado em Joanesburgo o assassínio de 15 pessoas perpetrado na véspera pela polícia do regime fascista sul-africano ■ Crescentemente isolado, o ditador fascista Pinochet decreta o estado de sítio em todo o território chileno.

Editorial

GOVERNO CAVA O SEU PRÓPRIO «BURACO»

Duas das características próprias da acção do Governo Soares/Mota Pinto assumiram nos últimos dias relevo especial: a índole antinacional das sua política e a completa degradação moral como órgão de poder.

No terreno oposto — e por reflexo — assumiu impetuosa combatividade e amplitude a oposição popular organizada contra o Governo e a sua política, a resposta de massas a uma acção governativa que arrasta o País para o desastre e a bancarrota.

São aspectos reveladores de condições essenciais para uma necessária e urgente mudança de política e de governo e para uma solução no quadro institucional, os quais põem com força na ordem do dia uma alternativa democrática.

A revelação política das verdadeiras dimensões do «buraco» orçamental, tornada possível pela dissecação das propostas e da política financeira do Governo em plena Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP, em ligação com a gravidade e as implicações da dívida externa, mostram que o risco de uma ruptura do nosso sistema financeiro é real.

Urge evitar que esse risco se concretize, removendo, antes que seja tarde, o principal e mais activo artífice dessa política de ruptura — o Governo PS/PSD.

O pedido de autorização parlamentar para a cobertura de despesas não previstas no Orçamento do Estado para 1984, apresentado na AR sob a forma inocente de um «orçamento suplementar» de 28,1 milhões de contos, veio afinal a revelar-se como um «buraco» e uma autêntica fraude da opinião pública para encobrir um «buracão» orçamental de 88,4 milhões de contos o qual, sem a amortização da dívida, assume o montante «real» de 129,1 milhões de contos, isto é, um défice confessado do OE para 1984 de 265,1 milhões de contos e um défice «real» — sem amortização da dívida — de 305,8 milhões de contos, 73% mais elevado que o défice inicial previsto de 176,7 milhões de contos!

A irresponsabilidade de um Primeiro-Ministro, conhecido pelo seu «desconhecimento dos *dossiers*», mas cegamente dominado pela demagogia eleitoralista e o «panache» pessoal, e de um «vice», activo propagandista da «banha da cobra» e obstinado ateador de focos antidemocráticos em sectores nevrálgicos do aparelho de Estado, gera na direcção de um Executivo itinerante em grande número e em grande parte do tempo ocupado em viajatas pelas «sete partidas do mundo», um clima de anarquia, de incompetência e ineficácia administrativas que compromete gravemente a estabilidade económica, financeira e social do País.

O que se passa no capítulo da dívida externa é um outro índice revelador dos propósitos mistificadores da opinião pública que animam o Governo Soares/Mota Pinto.

A comunicação feita pelo secretário de Estado do Tesouro em Macau em nome do ministro das Finanças e divulgada pela imprensa de que a dívida externa portuguesa se encontra estabilizada desde Junho de 83 constitui uma grosseira deformação dos factos.

Naquela data, segundo o Relatório do Banco de Portugal, a dívida atingia 14 552 milhões de dólares (1702 milhões de contos), mas em fins de Maio deste ano de 84, atingia já os 15 066 milhões de dólares (mais de 2400 milhões de contos, segundo a cotação do dólar).

Recentemente, o Primeiro-Ministro, com as suas habituais acrobacias verbais, iludiu o facto de o Governo ter atingido o limite dos empréstimos concedidos sob o aval do FMI com a gongórica declaração de que no ano em curso Portugal não contrairia quaisquer novos empréstimos estrangeiros.

Daí a dias o «Diário da República» publicava um novo empréstimo externo de 85 milhões de dólares e por outro lado as previsões dos técnicos responsáveis atiram para uma dívida no final do ano de 15 600 milhões de dólares, que pode traduzir-se em moeda nacional num montante de cerca de 2500 milhões de contos e na elevação da taxa de endividamento externo para 90% do Produto Interno Bruto!

O «buraco» orçamental de 1984 e o anúncio para 1985 de um défice de 310 milhões de contos — que segundo se diz em certos círculos da imprensa da direita incluiria 70 milhões para gastos «eleissoaristas» na campanha de Soares às presidenciais — teria alarmado mesmo os próprios «fiscais» do FMI que acabam de deixar o País para voltarem em Dezembro e que consta estarem relutantes na concessão das duas últimas «tranches» do último «grande empréstimo» da banca estrangeira concedido, como se sabe, no quadro da chamada «carta de intenções», que mais propriamente se deveria chamar «novo tratado de Metwen» de submissão à banca internacional.

O Povo português deve manter-se vigilante quanto às possíveis intenções do Governo de alienar parte considerável das nossas reservas de ouro para fazer face a novos encargos da dívida externa e para cobrir os «buracos» da sua política financeira.

No ano passado as vendas de ouro das nossas reservas atingiram os 700 milhões de dólares e já este ano novas vendas no montante de 50 milhões foram realizadas.

Demitir o Governo é a condição imediata para pôr cobro a este deslizar para o desastre.

Só um novo governo com uma nova política orientada para a defesa dos interesses nacionais — como o PCP tem desde há muito preconizado e foi reafirmado no último domingo no Porto por Álvaro Cunhal — pode empreender uma necessária renegociação da dívida externa de acordo com os interesses de Portugal e do Povo português.

É neste quadro de iminente risco de ruptura do sistema financeiro e bancário que o Governo Soares/Mota Pinto desenvolve uma política externa contrária aos interesses do País.

A operação CEE ameaça vir a ser para Portugal, se a política do Governo não for travada, um verdadeiro garrote económico, como os acordos financeiros com o FMI constituem já na prática um autêntico garrote financeiro.

As peripécias do parto do «certificado de adesão» assumiram os pináculos do ridículo.

A luzida embaixada lusa encabeçada pelo Primeiro-Ministro para dar solenidade à assinatura de um papel sem qualquer valor jurídico e vinculativo, destinado ao «eleissoarismo» presidencialista de Soares, é um símbolo de uma política de fachada por detrás da qual se processa a ruína económica, o caos social e a perda da nossa independência.

A «operação CEE» é uma operação política integrada numa estratégia de destruição das conquistas fundamentais de Abril.

«Operação política contra o 25 de Abril», chamou-lhe o PCP desde o início. «Documento essencialmente político» — chamaram ao «certificado» órgãos da imprensa ocidental.

Mesmo em círculos afectos ao capital estrangeiro: a revista «Der Spiegel», por exemplo, diz que «Portugal, de longe o país mais pobre da Comunidade, cairá na situação absurda de ter de pagar mais para a caixa de Bruxelas do que o que de lá recebe».

O «certificado» agora assinado — um papelucho sem efeitos práticos — coincide no tempo com a intensificação de raivosas tendências a apressar a liquidação das nacionalizações e da Reforma Agrária, a impor rapidamente aos trabalhadores novas leis laborais que atingiriam de maneira profunda os seus direitos, liberdades e garantias e o nível já tão precário das suas condições de vida.

Mota Pinto deslocou-se ao concelho do Alvito para açular uma nova ofensiva contra as UCPs, cuja existência ele compara à «guerra colonial»!

O ministro Veiga Simão preconiza abertamente a alienação das empresas públicas que o coro dos antigos e novos monopolistas acusam de serem um «cancro nas finanças do País» silenciando, entretanto, o facto de somente três dessas empresas — a Petrogal, a EDP e a EPAC — serem credoras, segundo a CGTP-IN, de 450 milhões de contos que lhes são devidos pelo Estado.

É sintomático que o alarme por uma adesão que seria de consequências desastrosas para a economia nacional se faça sentir mesmo em círculos do capitalismo português dos mais ferozes inimigos do 25 de Abril.

A própria CIP, que preconiza a entrega pura e simples das empresas nacionalizadas aos antigos possuidores, pede ao Governo que suspenda as negociações. A CCP — que representa os interesses do grande comércio mas não pode deixar de reflectir as queixas de milhares de comerciantes que viram as vendas caírem em cerca de 40% — levanta objecções à «adesão». A CAP e a UGA, organizações dos grandes agrários e proprietários de tendências fascizantes, dizem que a adesão à CEE «teria consequências desastrosas para a actividade dos agricultores portugueses» e que «seria próprio de loucos imaginar que nos viriam equipar gentilmente para lhes podermos consquistar mercados».

É a classe operária e vastos sectores do campesinato, da pequena e média indústria, do comércio, da intelectualidade, quem mais consequentemente objecta, resiste e luta contra esta política antipopular de verdadeira alienação nacional do Governo PS/PSD.

Cada dia engrossa mais a torrente da luta contra a clique Soares/Mota Pinto; mesmo no interior da coligação governante e de cada um dos dois partidos componentes aumentam a contestação, o mal-estar, as dissenções.

Greves, concentrações, desfiles, vigílias, cortes de trânsito assinalam este crescendo de resistência e luta que confluem numa única, grande e sentida reivindicação — a urgente demissão do Governo Soares/Mota Pinto.

Hoje uma grande acção em defesa do sector público e nacionalizado, mobilizará certamente dezenas de milhares de trabalhadores. No dia 15 uma grande jornada contra o não pagamento dos salários em atraso galvanizará trabalhadores de todo o País na projectada concentração junto da Assembleia da República.

É no plano institucional que a iniciativa de demitir o Governo PS/PSD pode efectivar-se. Mas no volume avassalador do descontentamento popular, na vontade da imensa maioria do povo, o Governo já estaria demitido. A clique governante não representa já nem de longe a maioria do Povo português nem dos seus próprios eleitores.

Correr urgentemente com ela é uma exigência vital do regime democrático, da defesa da independência nacional, do melhoramento das condições de vida do povo, da continuidade do 25 de Abril.

Lisboa, sábado e domingo

Conferência Luso-Espanhola por uma Península Ibérica livre de armas nucleares

Por iniciativa de um conjunto de destacadas personalidades da vida social, política e cultural dos dois países, vai realizar-se em Lisboa no próximo fim-de-semana uma **Conferência Luso-Espanhola por uma Península Ibérica livre de armas nucleares.**

Como salienta um comunicado divulgado há dias pelo gabinete de Imprensa da iniciativa, «a Conferência visa evitar, através da cooperação dos povos de Espanha e de Portugal, os graves perigos da utilização da Península como plataforma estratégica nuclear».

Ainda em Maio deste ano, num primeiro documento público em que as personalidades espanholas e portuguesas reunidas em Madrid revelavam a realização da Conferência, se referia que «as fronteiras políticas que dividem ambos os países não poderão separar o seu destino comum, o qual será trágico e irreversível, no caso de um impacto ou acidente nuclear seja em que ponto da Península for».

«Tendo examinado as características da plataforma peninsular e das ilhas situadas em dois mares, e o seu cobiçado valor estratégico» — acrescenta o documento — «compreenderam os signatários os gravíssimos riscos a que todos estamos submetidos, pelo menos potencialmente, e a necessidade urgente de uma tomada de consciência colectiva da situação, a fim de preservar as populações do perigo que as ameaça».

Assim, a conferência de Lisboa, que decorrerá no Hotel Roma já a partir do próximo sábado, «terá como objectivo estudar a situação da Península Ibérica na grave conjuntura internacional e promover um movimento de opinião dos povos da Península , que leve à declaração da Península Ibérica como zona livre de armas nucleares, através dos necessários acordos diplomáticos entre os dois Estados».

«A Conferência», conclui o documento, «terá um carácter independente das políticas concretas dos Governos e partidos dos dois Estados».

Para os dois dias dos trabalhos está previsto o debate dos seguintes temas:

- Significado, objectivos e alcance de uma **Península Ibérica livre de armas nucleares** para a segurança dos dois Estados, para a segurança regional (Mediterrâneo e Atlântico) e internacional;
- Razões, implicações e vantagens, no plano estratégico-militar e da Defesa Nacional de cada um dos dois Estados, de uma **Península Ibérica livre de armas nucleares;**
- Vias e instrumentos jurídico-diplomáticos de proclamação da **Península Ibérica como zona livre de armas nucleares:** definição, princípios, obrigações e garantias em direito internacional;
- As zonas livres de armas nucleares no mundo;
- Papel e importância de um movimento de opinião e da cooperação dos povos de Espanha e Portugal para a proclamação da **Península Ibérica como zona livre de armas nucleares.**

Sessão pública no Maria Matos

No quadro da realização da Conferência Luso-Espanhola por uma Península Ibérica livre de armas nucleares, decorrerá no próximo sábado, dia 10, com início às 21 e 30, no Teatro Maria Matos (Av. Frei Miguel Contreiras), uma sessão pública com entrada livre, anunciada como «encontro dos delegados espanhóis com o povo de Lisboa».

A sessão, que integra ainda uma parte artística, será presidida pelo poeta Rafael Alberti e pelo engenheiro Aquilino Ribeiro Machado.

30.º aniversário da Revolução Argelina

O CC do PCP enviou ao CC do Partido da Frente de Libertação Nacional a seguinte saudação:

Queridos Camaradas

Por ocasião do 30.º Aniversário da Revolução Argelina, o Comité Central do Partido Comunista Português envia ao Comité Central do Partido da Frente de Libertação Nacional, e por seu intermédio a todo o povo argelino, as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Ao fazê-lo evocamos a heróica luta armada de libertação do povo argelino, muito especialmente o desencadeamento da insurreição armada em 1 de Novembro de 1954 que sob a direcção da FLN, culminou finalmente com a liquidação da ocupação colonial francesa, a conquista da independência nacional e a proclamação da República Argelina Democrática e Popular.

A revolução argelina constituiu um acontecimento da maior importância e significado, um marco histórico na luta dos povos de África e de todos os povos do mundo pela sua emancipação nacional e social. Confirmou que o imperialismo se tornou impotente para impedir o desmoronamento do sistema de exploração e opressão colonial em África e no mundo. Pôs em evidência a enorme luta contra o imperialismo, pela independência nacional, pela paz. Confirmou que, na nossa época, um povo unido e determinado na luta pela liberdade, a independência e o progresso social e o socialismo é invencível, por mais poderoso e agressivo que seja o inimigo e por maiores que sejam os sacrifícios que seja obrigado a consentir.

Evocando a luta histórica da FLN e do povo argelino, prestando homenagem aos mais de um milhão de patriotas tombados na luta pela libertação da sua pátria, valorizando altamente as realizações e êxitos alcançados sob a direcção da FLN pela República Argelina Democrática e Popular, o PCP deseja ao vosso Partido e ao povo argelino novos êxitos na sua acção orientada pelos ideias da paz, do progresso social e do combate anticolonialista e anti-imperialista.

As celebrações do 30.º Aniversário da revolução argelina têm lugar numa situação internacional muito complexa e perigosa, em resultado da política militarista agressiva do imperialismo. O imperialismo, e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano, desenvolve uma frenética corrida aos armamentos que põe em perigo a paz e ameaça mergulhar o mundo na catástrofe nuclear, pratica por toda a parte uma política de ingerências, pressões e agressões contra países soberanos. Uma tal política não é porém sinal de força, antes reflecte a profunda crise em que o imperialismo se debate e as suas tentativas para suster e se possível inverter a marcha irresistível e irreversível dos povos pelo caminho da independência nacional, do progresso social e do socialismo. As forças da paz e do progresso social são hoje mais fortes e numerosas que as forças da reacção e de guerra e, se unidas, estão em condições de derrotar os propósitos agressivos do imperialismo e assegurar o prosseguimento do processo de emancipação nacional e social dos trabalhadores e dos povos.

Queremos aproveitar esta ocasião para expressar a activa solidariedade do PCP para com os povos palestiniano, do Sahara Ocidental, da Namíbia, da África do Sul, da Nicarágua e de todos os povos que lutam contra o imperialismo, o colonialismo, o fascismo e o racismo, certos de que a sua justa luta libertadora acabará por triunfar.

Queridos Camaradas

Uma vez mais desejamos ao Partido FLN e ao povo argelino, nesta data histórica do 1 de Novembro, os maiores sucessos na edificação no seu país de uma nova sociedade próspera e progressista.

Os nossos dois Partidos agem em condições muito diferentes. Na Argélia o Partido da FLN é a força que dirige uma sociedade cujo povo optou decididamente pela via do desenvolvimento independente, do progresso social e do socialismo. Em Portugal o PCP conduz hoje na oposição, no quadro de um vigoroso movimento operário e popular, uma dura luta em defesa das conquistas da Revolução de 25 de Abril e por uma alternativa democrática e patriótica ao actual Governo e sua política. Porém, os ideais da independência nacional, da paz e do progresso social são comuns ao PCP e ao Partido da FLN. É nossa profunda convicção que o desenvolvimento das relações de amizade, cooperação e solidariedade entre os nossos dois Partidos é de interesse recíproco e constitui uma contribuição fundamental para o desenvolvimento das relações de amizade entre o povo português e o povo argelino e entre a RADP e o novo Portugal democrático.

Viva o 30.º Aniversário da Revolução Argelina!

Viva a amizade e a solidariedade entre o PCP e o Partido da Frente de Libertação Nacional da Argélia!

Viva a amizade entre o povo português e o povo argelino!

Reeleição de Reagan

A SIP do PCP divulgou ontem ao fim da manhã a seguinte nota:

1 – A reeleição de Ronald Reagan não pode deixar de causar sérias apreensões dada a política de ingerência, provocação, agressão e guerra seguida pela administração norte-americana no seu anterior mandato.

2 – A reeleição de Ronald Reagan torna mais imperiosa a necessidade de desenvolvimento da luta contra a política agressiva do imperialismo, para assegurar a defesa da paz e os interesses vitais da humanidade.

Delegação na URSS

De 19 a 25 de Outubro, deslocou-se à URSS para uma visita de estudo sobre urbanismo e habitação uma delegação do nosso Partido constituída pelos camaradas Manuel Sobral, membro do Comité Central e da D.O.R.S., José Luís Pereira, da comissão concelhia da Moita do PCP e vereador da Câmara Municipal, Lino Paulo, da comissão concelhia de Sintra e vereador da respectiva Câmara, e Leopoldo de Almeida, membro do Gabinete Técnico de Apoio às Autarquias Locais, junto do CC.

Durante a sua estadia na URSS, a delegação foi recebida no Ministério do Planeamento da URSS e na Direcção-Geral de Arquitectura, em Moscovo, onde visitou o Bairro Krilotskoi, a fábrica de automóveis Moskovitch e o seu complexo desportivo e cultural. Na R.S.S. da Lituânia, a delegação visitou a cidade de Kaunas onde realizou encontros de trabalho no Comité do Partido e no Instituto de Projectos da Cidade e visitou centros históricos e bairros periféricos. Em Vilnius, capital da Lituânia, foi recebida pelo responsável do Partido da república pelas relações internacionais e visitou uma empresa de construção civil e o Instituto de Conservação de Monumentos.

Esta visita, que possibilitou um conhecimento mais aprofundado da política do PCUS no domínio do planeamento urbanístico, da habitação, do equipamento social e da recuperação e conservação do património natural e edificado, insere-se nas relações de cooperação, amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PCUS.

À VENDA
O militante

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828 779825 769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908 699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra. Tel. 28394.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 776936 776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

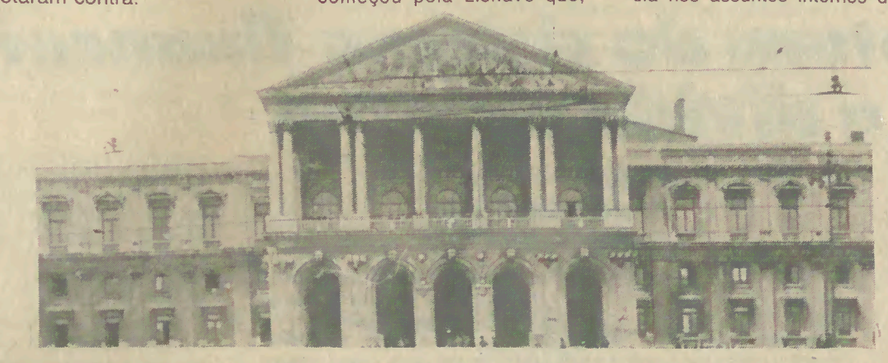
Depósito legal n.º 205/84

Tiragem do mês de Setembro: 39 387

Assembleia da República

Urgente, urgente para a maioria são os vencimentos

A semana começou após alguns dias de «ponte», mas ainda não se haviam afastado por completo os ecos do debate das alterações ao Orçamento do Estado que, depois da discussão na especialidade na Comissão respectiva, subiu a plenário na véspera do feriado para que a maioria, com cara de enterro a condizer com a efeméride, aprovasse o que chegara a criticar. Os votos do PS, do PSD e da ASDI não conseguiram encobrir o mal-estar provocado pelas justas críticas dos opositores da política económica e financeira do Governo e este não conseguiu dar de si senão a imagem da falta de rigor. Houve mesmo quem, na maioria, recusasse o frete de votar a favor. Mas a UEDS fez o frete de abster-se. Contra, votaram o PCP, o MDP, o CDS. E, por questões que se prendem com a rejeição da transferência para a Região Autónoma da Madeira de um milhão de contos, 4 deputados do PSD, madeirenses, também votaram contra.



Joaquim Miranda, acusou o Governo de ter demonstrado com estas alterações «uma indisfarçável falta de rigor e de competência». E afirmou:

— Pretenderam escamotear a razão de fundo do agravamento do défice, ou seja a degradação da situação económica, financeira e social do País;

— Quiseram esconder o agravamento do défice, inicialmente previsto, de 28 milhões de contos;

— Tentaram escamotear o défice real do OE para 1984 que, como afirmámos logo no debate na generalidade, é bem superior aos 250 milhões de contos que constavam da nota justificativa da Proposta do Governo e ascenderia aos 300 milhões de contos se o critério seguido fosse o do rigor e da transparência orçamentais.

Depois de, exaustivamente, ter feito a análise crítica de tais alterações, o deputado comunista deu as razões globais do PCP ao votar contra a proposta do Executivo:

Ao votarmos contra estas alterações ao Orçamento dizemos não, antes de mais, à política económica, financeira e social que está na base deste descalabro orçamental.

E é também por isso que continuamente afirmámos que a responsabilidade desta situação não pode ser individualizada neste ou naquele ministério, não pode ser personalizada neste ou naquele membro do Governo.

E sublinhou:

O certo é que são o Governo no seu conjunto e o Primeiro-Ministro e o vice-primeiro-ministro como seus principais responsáveis quem devem ser responsabilizados pela deterioração da situação económica e financeira e pela degradação da situação social.

O «benefício da dúvida»

Como dissemos acima, não se tinham desvanecido completamente os ecos do debate sobre as alteração ao OE, e já a oposição, de novo, chamava o Governo à pedra e lhe criticava acerbamente a política. O deputado independente Manuel Lopes, do grupo parlamentar do PCP, produziu anteontem uma intervenção sobre as consequências da política económica do Governo, chamando logo de início a atenção para o facto de que «mesmo as organizações mais próximas da política prosseguida não se atrevem a vir a público tomar a sua defesa», ao mesmo tempo que *«o próprio Conselho da Concertação Social, caixa de ressonância do Governo», «está cada vez mais desconcertado* e já não consegue ser mais do que uma tentativa de remendar buracos de trapos velhos com panos novos».

«Mesmo a maioria daqueles que quiseram acreditar incondicionalmente nesta opção governativa se sentem traídos», afirmou o deputado. «Os que na altura concederam ao Governo o "benefício da dúvida" ficaram agora com a certeza dos prejuízos».

Falando dos prejuízos, resultados dessa política, Manuel Lopes deu números:

«Mais de 600 mil desempregados, número que tem vindo a aumentar uma média de 300 por dia, é consequência directa do elevado número de falências e da repressão laboral existente. Acresce que das escolas e das universidades todos os anos saem mais de 50 mil jovens à procura do primeiro emprego. Só a política seguida e as limitações legais à concessão do subsídio de desemprego tornam, em nosso entender, possível que o número de desempregados a recebê-lo, cerca de 58 mil, seja tão baixo em relação ao total».

Convidando os deputados a verificarem nas suas regiões o número de empresas que provocaram desemprego comparando esses dados com o número de postos de trabalho criados, Manuel Lopes, forneceu abundantes exemplos. E começou pela Lisnave que, afirmou, «nos últimos cinco anos reduziu os seus efectivos de 10 mil para 6200 trabalhadores, isto sem ter em conta a última resolução do Conselho de Ministros, que veio a abrir a porta ao despedimento de mais de mil trabalhadores».

A intervenção do deputado caiu mal na maioria e um conhecido ugetista e deputado do PSD protestou, indignado contra o facto de Manuel Lopes ter dito mal do Conselho da Concertação Social. Quando acabou de falar, alguns trabalhadores que se encontravam nas galerias lançaram sobre o hemiciclo targetas protestando *contra a situação em que o Governo colocou a Lisnave: sem navios, sem salários,* a ser destruída.

O novel presidente da AR, depois de os trabalhadores terem sido expulsos pela PSP, criticou a benevolência dos guardas. Foi aplaudido pela direita, do PS ao CDS.

Apelos e votos

O presidente não tem tido a vida fácil neste princípio de funções. Após o período dedicado às declarações políticas, a UEDS pretendia ver apreciado um voto seu apresentado na altura, apelando para o presidente de Angola no sentido de comutar a pena ao angolano Fragata, afirmando o texto que não se pretendia com tal gesto «pôr em causa o princípio da não ingerência em assuntos internos de outros países».

A questão formal levantada a seguir foi algo complexa para o presidente da Assembleia que não podia colocar o voto à discussão sem ofender as prioridades de outros votos. Necessitava, pois, de um consenso. Mas demorou em colocar a questão do consenso e a discussão baralhou-se longamente. Finalmente, Carlos Brito, presidente do grupo parlamentar comunista, quando lhe foi perguntado sobre tal consenso, advertiu os deputados de que o voto poderia ser efectivamente considerado como ingerência nos assuntos internos de um país soberano, Angola, nomeadamente na área da Justiça. O dirigente comunista chamou a atenção para a delicadeza de tal gesto, partindo de um órgão de soberania como é a Assembleia da República, deixando entender que não só o PCP recusava o consenso como convidava os deputados a não darem o seu.

Isto levantou o burburinho de sempre. Mas Carlos Lage, do PS, pareceu ter alcançado a mensagem e, se mais tarde achou por bem «reprovar» as razões do PCP, disse primeiro que de facto, um voto assim, constituindo uma deliberação da AR, tinha os seus inconvenientes... Assim, e partindo do princípio que o voto não podia ser apreciado, por o PCP haver negado o consenso — o que relegaria a iniciativa para a gaveta das prioridades —, mostrou-se disposto a fazer correr um abaixo-assinado.

Mas Lopes Cardoso, subscritor do voto, irado contra o PCP e indisposto com a atitude do PS, retiraria o voto. Para depois dizer que o não retirava. No fim da discussão, Carlos Lage, com ar de quem vai salvar tudo, anuncia que o abaixo-assinado vai estar pronto e propõe então ao presidente da AR que seja ele o primeiro subscritor. Embaraço deste. Que se escusa a fazê-lo nos moldes da proposta, aceitando embora assinar por razões humanitárias.

Um longo intervalo iria corroar a longa discussão. Depois as alterações ao Regimento absorveram os trabalhos. E vão continuar. Fora estes episódios, o plenário debruça-se sobre si próprio. Com algumas excepções, quase sempre da iniciativa do PCP, embora sofram a rejeição sistemática da maioria. Na semana passada foi rejeitado o pedido de urgência para discussão de um projecto comunista sobre a idade de reforma dos pescadores. Urgente, urgente, para a maioria, são os vencimentos dos deputados...

Entretanto o PCP já requereu a marcação de uma sessão de interpelação ao Governo sobre política educativa, cujo sistema, consideram os comunistas, está a atingir em Portugal uma situação caótica.

Nacional

Demolições na ilha de Faro desprezam tudo e todos

Reiniciaram-se as demolições de casas na parte nascente da ilha de Faro, a mando o Governo PS/PSD. Entre as dezenas de casas destruídas, algumas são de primeira habitação. Tudo, como sublinha um comunicado da Comissão Concelhia de Faro do PCP, **«ignorando a realidade local, fazendo tábua rasa das reivindicações e propostas apresentadas pelas populações visando a solução dos problemas que afectam de facto a ria, desprezando a opinião e as propostas expressas pelos órgãos autárquicos».**

O comunicado do PCP recorda que as demolições de casas agora reiniciadas se inserem num vasto programa anunciado pelo Governo PS/PSD que tem como objectivo «limpar» as edificações existentes nas várias ilhas de reserva natural. Tal projecto — cujos fins são demagogicamente justificados pelo Governo com a «preservação da ria» — **«inserem-se realmente num plano que aponta certamente para a entrega desta zona à concessão de algumas multinacionais, a fim de nele erguerem uma zona de turismo de qualidade, vedando o seu acesso à população e entregando a exploração de todas as suas potencialidades económicas ao estrangeiro».**

Recordando que preservar a ria seria (como por mais de uma vez foi apontado) evitar nela descargas directas de esgotos industriais e urbanos, acabar com a extracção indiscriminada de areias, impedir a utilização de artes de pesca ilegais que depredam as espécies juvenis, proceder a um estudo capaz acerca dos seus ecossistemas e ao seu ordenamento e ainda ganhar as populações para a sua defesa, o comunicado do PCP constata que a realidade é bem inversa: **«planos, não existem, e os factores de maior degradação, permanecem. De tudo isto fica a política do actual Governo — política de total desprezo pelas realidades locais, pela vontade das populações e atentória dos interesses nacionais. Esta a realidade que não pode ser mistificada por bombásticas e demagógicas declarações de membros do Governo Soares/Mota Pinto com o objectivo de encobrir os reais interesses que os movem e que pouco têm a ver com a defesa do ambiente e a perservação desta importante reserva natural».**

E o comunicado conclui: **«Só a luta das populações poderá impedir a continuidade desta acção destruidora, como já antes impediu que tomasse uma maior extensão. Aceitar passivamente a situação é abrir caminho para a continuidade desta política. Transformar o sentimento de indignação e revolta das populações afectadas em acções de luta e protesto, no quadro da ampla unidade em que toda a movimentação se tem desenvolvido, é o único caminho a seguir».** Também aqui, **«lutar pelo derrube deste Governo é uma necessidade imperiosa que se coloca aos trabalhadores e ao nosso povo».**

Recorde-se, entretanto, que a Câmara Municipal de Faro, face ao reinício das demolições, aprovou por unanimidade de uma moção da APU apresentada em reunião camarária onde anuncia que «irá desencadear todas as formas de luta institucionais, de forma a fazer prevalecer a justiça e acautelar os interesses concelhios e nacionais».

Poder local

A.M.D. de Setúbal: Assim não, sr. ministro!

Em carta dirigida ao ministro da Administração Interna, a Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal (envolvendo as 13 Câmaras do Distrito) anuncia a sua recusa em participar num seminário sobre Desconcentração/Regionalização promovido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional do MAI e que terá lugar, no próximo dia 25, em Sesimbra. Razão da recusa: o papel de meros espectadores que esta iniciativa oficial reservou às Autarquias do Distrito nas discussões a haver no dito seminário, quando são elas «as principais interessadas, quem mais tem trabalhado e apresentado propostas de solução e aquelas sem as quais não será possível avançar no cumprimento do preceituado pela Constituição da República em matéria de Regionalização e Desenvolvimento Regional».

Recordando que nem o presidente da Câmara de Sesimbra (onde decorrerá o Seminário) foi convidado a usar da palavra, como preveria o simples protocolo,a carta sublinha que «as autarquias do Distrito de Setúbal não darão cobertura com a sua presença a estas «organizações» e continuam, sim, «com a população a defender o Poder Local e a exigir o cumprimento da Constituição e do que nela está estipulado sobre Regionalização».

Câmara de V.F. de Xira quer fim de portagem

Na passada segunda-feira os utentes do troço da auto-estrada Lisboa/Alverca/Vila Franca de Xira foram surpreendidos com a presença, na portagem, de diversos eleitos autárquicos na Câmara e Assembleias Municipais de Vila Franca de Xira e de outras autarquias do município, distribuindo comunicados protestanto contra os novos aumentos da portagem. Tal medida é considerada injustificada por esta Câmara e não teve minimamente em consideração a realidade actual do Concelho, pois «a auto-estrada entre Vila Franca e Lisboa é a única alternativa existente à estrada nacional n.º 10, que se encontra totalmente saturada». Os enormes engarrafamentos nesta via transformam-se em perdas de tempo, consumo exagerado de combustível, acidentes e mesmo mortes.

Deste modo a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira exige que «à semelhança do que se verifica à saída do Porto e à saída da ponte 25 de Abril, nos troços que servem a Costa da Caparica e Sesimbra, deixe de haver portagem entre Lisboa e Vila Franca de Xira e sejam abertos novos nós de ligação, transformando o actual troço de auto-estrada em via rápida suburbana».

MURPI preocupado com pensões de miséria

O Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) manifestou as suas preocupações pelo agravamento da miséria de muitos milhares de idosos, inválidos e viúvas imposto pelo Governo com a atribuição de vergonhosos «aumentos» das pensões. E o MURPI acentua: não sobrarão mais que migalhas para aumentar as pensões, após a transferência de 16 milhões de contos do Estado para a Segurança Social e liquidadas as prestações em atraso. Isto com uma inflação superior a 30%...

Assim aquela estrutura de reformados exige do Governo a justa aplicação do Decreto-Lei 217/74, de 27 de Maio, que criou a pensão mínima e fixou o seu valor em «pelo menos 50% do salário mínimo», assim como a indexação das demais pensões ao custo de vida, como foi prometido por Mário Soares na sua campanha eleitoral que o levaria à sua actual posição de Primeiro-Ministro.

Entretanto **no próximo sábado** realiza-se uma **sessão pública** promovida pela **Comissão de Reformados da Freguesia de S. Jorge de Arroios**, em Lisboa, **às 15.00**, no **Teatro do Nosso Tempo** à Praça José Fontana, onde serão debatidos temas como a fome, a reforma, a paz e a saúde.

Encontro de activistas da APU em Matosinhos

A política municipal (desenvolvida pelo PS desde 1976) na Câmara de Matosinhos foi analisada num encontro de eleitos e activistas da APU no passado dia 27 de Outubro, estando em foco temas centrais como a abertura do ano escolar, as ilegalidades, a prepotência e a corrupção reinantes na Câmara, e ainda a política do Governo PS/PSD face ao Poder Local, o reforço e a dinamização da APU e a luta dos trabalhadores de Matosinhos.

Em relação à gestão PS na Câmara, o encontro concluiu que «após oito anos de gestão PS os grandes problemas do concelho não têm merecido da Câmara o empenho que exigem», enquanto continuam os actos pautados pela ilegalidade, prepotência e corrupção, de que são exemplos, entre outros, a dissolução ilegal do Conselho Municipal, a cedência ilegal de um terreno para uma empresa privada de que é dirigente o próprio presidente da Câmara, o uso e abuso de viaturas da Câmara para necessidades pessoais, etc.

APU presta contas em Guimarães

Em comunicado divulgado recentemente, a Comissão Coordenadora da APU em Guimarães veio dizer o porquê de duas posições que tomou na Câmara, nomeadamente no que se refere a uma tentativa demagógica do presidente da Câmara, PS, que prometeu mundos e, essencialmente, fundos às colectividades, quando a Câmara está sem dinheiro. Também em questão a compra de um imóvel para a Casa de Cultura, hoje avaliado em cerca de 45 mil contos e que o presidente quis comprar por 60 000.

A APU afirma que «de uma coisa a APU livrou a tesouraria da Câmara: a de ter de pagar mais sete mil contos de juros em benefício do vendedor. Fica agora claro como se vem utilizando a demagogia e como a irresponsabilidade tem sido o elemento fundamental na gestão camarária. Mas fica igualmente provado que estas intenções falharam apenas porque o PS não dispõe em Guimarães de uma maioria confortável e que isso lhe impede de repetir aqui as negociatas que deram fama a Braga e a tornaram conhecida como a Sucupira cá do sítio».

Deputados do PCP visitam Almeirim

No quadro dos contactos directos com as populações, os órgãos administrativos e sociais e os problemas do distrito pelo qual foram eleitos, os deputados do PCP pelo distrito de Santarém — António Dias Lourenço, Álvaro Brasileiro e João Rodrigues, acompanhados pelo camarada Manuel João, da DORSA e membro do CC —, visitaram em Almeirim a Escola Preparatória e Secundária Febo Moniz e tomaram conhecimento dos principais problemas existentes.

As instalações têm neste momento o dobro de alunos do previsto. Só uma criteriosa organização de horários, turmas e aproveitamento do espaço pelo Conselho Directivo tem podido reduzir ao mínimo os prejuízos desta superpopulação.

Com a chegada do Inverno apenas um pequeno telheiro de reduzidas dimensões pode albergar uma parte dos alunos no intervalo das aulas.

O recurso à utilização do pavilhão gimnodesportivo vizinho da Escola, cedido por uma renda simbólica pela Câmara Municipal de Almeirim, tem permitido reduzir os efeitos prejudiciais desta insuficiência das instalações mas, logicamente, não resolve o problema.

Num contacto com alguns comerciantes, os deputados do PCP foram informados da difícil situação do comércio local em que, a par de uma queda nas vendas, que nos tecidos é superior a 40 por cento, se juntam as altas taxas de juro do crédito bancários e o peso dos impostos.

Os deputados do PCP foram depois recebidos por uma delegação da Câmara dirigida pelo seu presidente, com quem trocaram impressões sobre os problemas do concelho.

Pioneiros de Portugal reiniciam actividades

«Que ensino têm as crianças portuguesas» é o título de um documento elaborado pelos Pioneiros de Portugal, neste começo de novo ano escolar.

Vejamos então quais as principais preocupações com que se debatem os pais e as crianças de Portugal:

«Existem escolas onde se sentam três crianças em carteiras que são para duas, são cada vez mais as escolas superlotadas por falta de instalações.

Muitos professores já têm de comprar o giz para poderem dar as suas aulas, é a degradação por falta de verbas.

É a falta de segurança nas escolas.

Quarenta e quatro por cento das crianças que frequentam a 1.ª fase do ensino primário não a conseguem fazer em dois anos.

São cada vez mais as escolas onde as cantinas deixam de funcionar por falta de verbas e mesmo nas escolas onde elas existem a alimentação tem pouco valor alimentar.

É a questão do leite para os alunos das escolas do ensino primário, pois até este momento não se sabe se o Governo vai ou não dar as verbas necessárias às Autarquias para que estas possam fornecer o leite às escolas.

Uma criança que frequente o ciclo preparatório gasta só em livros aproximadamente 2500$00. É o aumento dos materiais escolares, principalmente dos livros de estudo, mas... e o resto do material escolar?

É a questão dos transportes para as crianças, pois são cada vez mais as crianças e jovens que são obrigados a andar quilómetros a pé.

É a questão dos passes, embora tenha havido uma diminuição de 25% para as crianças dos 4 aos 12 anos no custo dos passes nas regiões de Lisboa e Porto, mas podemos perguntar: e então para as outras crianças do resto do País, que apoio é dado?

Mais de 12% das crianças que frequentam o ensino primário não transitam para o ciclo preparatório.

E o que faz o Governo perante esta situação?

O que vemos é o Governo cortar cada vez mais as verbas para o ensino.

O que vemos é o Governo passar as suas responsabilidades para as Autarquias.

A Acção Social Escolar que foi feita para apoiar os alunos com "menores recursos" monetários e que deixou degradar por exemplo a alimentação nas escolas, passou agora as suas responsabilidades para as Autarquias, estando decretado por parte do Governo que através delas deverão ser pagos os transportes, a alimentação, o auxílio directo (subsídios) às crianças e aos jovens estudantes. Mas como, se muitas Autarquias têm vindo a avisar que não têm recebido as verbas necessárias? E outras que receberam verbas, mas verdadeiramente irrisórias face às necessidades?».

É esta a realidade que preocupa os Pioneiros de Portugal. Assim, pais e alunos, adultos e jovens, somos todos nós que temos o direito de intervir.

Montijo

Os Pioneiros do Montijo, no passado domingo resolveram sair do seu núcleo e fizeram uma visita a Lisboa.

O tempo não ajudou muito, mas mesmo assim puderam visitar o Aquário Vasco da Gama, o Mosteiro dos Jerónimos, o Museu da Marinha e o Museu dos Coches.

O fim de tarde, foi passado em convívio na Casa do Pioneiro, onde brincaram e conversaram alegremente.

Coimbra

Como vem sendo hábito, o novo ano do actividade do núcleo de Coimbra dos Pioneiros de Portugal teve início no primeiro sábado de Outubro, com uma reunião informal acerca do ano de trabalho a iniciar.

Este primeiro mês ficou assinalado pelas visitas à fábrica do cimento CIMPOR, de Souselas, e à serra do Buçaco no intuito de despertar nas crianças o gosto e o respeito pelo trabalho e pela Natureza.

Juventude

Aniversário da JCP: comemorações em todo o País

Um comício no Teatro Aberto, em Lisboa, e iniciativas locais ou regionais em todo o País, assinalarão no próximo dia 10 de Novembro a passagem do 5.º aniversário da criação da Juventude Comunista Portuguesa.

No comício, que começa às 15 horas, intervirão Francisco Pereira, membro do CC do PCP e da Comissão Executiva da Comissão Central da JCP, Octávio José e Edgar Costa, ambos da Comissão Executiva. Na segunda parte do comício está previsto um espectáculo de música popular portuguesa.

Iniciativas

Ainda no distrito de Lisboa, a organização da JCP promove um convívio na **Damaia** e em **Alhandra** (na Sociedade Euterpe, às 21 horas) onde haverá um espectáculo com o grupo soviético de danças e cantares «Kalinka».

Também no âmbito das comemorações do aniversário da JCP, a organização do Ensino Superior de Lisboa da JCP organizou uma feira do livro na Faculdade de Letras e ISCTE (12 e 13 de Novembro).

Em **Vila Real** a JCP tem programado um magusto seguido de convívio musical a começar às 15 horas. Magusto também a JCP de Cantanhede organiza no Centro de Trabalho do PCP. No dia 11, será a vez de Coimbra organizar uma festa de aniversário.

No **Porto**, a JCP comemora o 5.º aniversário com provas desportivas e um jantar no Centro de Trabalho Aníbal Cunha. O Alentejo e o Algarve irão comemorar de formas diferentes. Enquanto em Serpa, Pias, Baleizão e Moura haverá bailes e convívios musicais, em Lagos, Portimão, Faro, Vila Real de Santo António e Olhão estão programadas provas de atletismo, bailes, almoços e jogos de futebol.

Estudantes universitários em jornada de denúncia

A Direcção Central do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa convocou, para os dias 12, 13 e 14, uma campanha nacional de informação e denúncia da castastrófica situação da Universidade Portuguesa.

A DCES decidiu ainda, no decurso de uma reunião alargada realizada na última semana de Outubro, convocar para o próximo dia 18 uma reunião nacional de quadros do ensino superior. Neste encontro, que se realiza em Coimbra, far-se-á o balanço do trabalho de preparação e do debate em torno do 2.º Congresso da JCP, que se realiza em Sacavém a 15 e 16 de Dezembro, e serão eleitos os delegados para a reunião do órgão desta organização.

Na reunião, onde também se debateu a situação da Universidade e do Movimento Estudantil no início do ano lectivo, concluiu-se que, «passado um ano sobre o aumento de preços nas cantinas universitárias, o ministro Seabra, não só não satisfez as principais reivindicações apresentadas pelo movimento estudantil (aumento de Bolsas, inquérito à gestão dos Serviços Sociais, cantinas ao domingo, etc.), como se prepara para o novo aumento de preços nas cantinas».

«Tal medida — adverte — provocará decerto o protesto e firme oposição dos estudantes universitários.»

PCP

PORTO: 6000 comunistas com propo para melhorar a vida da grande cid

Foi a dois passos do rio Douro, no vasto «salão» do antigo mercado da fruta, o Mercado Ferreira Borges, belo exemplar da «arquitectura do ferro», desde há cerca de um ano vocacionado para espaço cultural da cidade, que decorreu no último domingo a 1.ª Assembleia da Organização Local do Porto do PCP, ponto culminante de um intenso trabalho colectivo que mobilizou os comunistas portuenses ao longo das várias semanas de preparação desta Assembleia, realizada sob o lema «O Partido com o Povo, Abril Vencerá!».

1.ª Assembleia da Organização Local

Inesquecível realização política, a 1.ª Assembleia dos militantes comunistas da cidade do Porto contou com a participação de 440 delegados, metade dos quais operários, 116 empregados, 27 intelectuais e 77 com profissões diversas. No conjunto dos delegados destacou-se a presença de 115 mulheres, ou seja 32,5 por cento do total.

Além dos delegados, que representavam os mais de 170 organismos que constituem a organização local do Partido na capital do Norte, também se encontravam presentes vários convidados, entre os quais membros de outras organizações do Partido (caso dos concelhos vizinhos do Porto e o Comité Local de Lisboa-CLL) e representantes de organizações unitárias, democráticas e progressistas com actividade no concelho.

Na tribuna que presidiu aos trabalhos da Assembleia encontravam-se o secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, que no dia anterior tinha participado na 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Vila Real, e outros dirigentes do PCP, como Ângelo Veloso e Edgar Correia, respectivamente membro efectivo e membro suplente da Comissão Política; e ainda Helena Medina, do Comité Central, da Direcção Regional (DORP) e do Comité Local do Porto; Horácio Guimarães e José Timóteo, suplentes do CC e membros da DORP.

Ainda presentes outros camaradas da organização nomeadamente membros de comissões de freguesia e de células de empresa e camaradas com responsabilidades nas autarquias, caso dos dois vereadores APU na Câmara Municipal, Oliveira Dias e Macedo Varela, o presidente da Junta de Freguesia de Miragaia, Joaquim Nascimento e o presidente da Assembleia de Freguesia de S. Nicolau, Afonso Duarte.

A discussão e votação da Resolução Política — cujo projecto foi abordado em anteriores edições do «Avante!» — e a eleição do Comité Local do Porto integraram a ordem de trabalhos aprovada pelos delegados, que iniciaram a Assembleia às 9 horas, prolongando-a até ao fim da tarde, com quatro sessões, a última das quais (eleição do CLP) reservada a delegados.

A sessão de encerramento, onde Álvaro Cunhal falou da actualidade política, do significado da Assembleia e das grandes tarefas em defesa do Portugal de Abril, foi aberta à população tendo-se registado uma verdadeira enchente no Mercado Ferreira Borges. Nestas páginas do «Avante!» publicamos na íntegra o discurso do secretário-geral do PCP.

A cidade na Assembleia

À semelhança do que a reportagem do «Avante!» já havia constatado no dia anterior, durante os trabalhos da Assembleia dos comunistas de Vila Real, se bem que agora no Porto com mais envergadura — trata-se de uma grande cidade e de uma poderosa organização do Partidos, quase nos 6 mil militantes —, assistimos a uma realização política em que, a par das questões do Partido (a sua vida interna, a necessidade do seu crescente reforço, as tarefas orgânicas principais, o trabalho de direcção, a política de quadros, a informação e propaganda, os fundos, etc.), a par de tudo isto, dizíamos, foi também a cidade e o seu «pulsar», foram os problemas da população portuense, foram as aspirações dos seus moradores e trabalhadores, da sua juventude, foi, ao fim e ao cabo, a própria cidade em todas as suas componentes que ali esteve em debate dinâmico durante todo o dia.

Uma primeira conclusão: mais do que ninguém os comunistas conhecem esta cidade e têm propostas muito sérias e objectivas para que a vida dos seus mais de 300 mil habitantes seja melhor e mais feliz.

Daí o vasto conjunto de intervenções muito vivas, só possíveis aos que dominam os problemas e as realidades que caracterizam o dia-a-dia de um grande centro urbano. Daí a oportunidade e o interesse de intervenções sobre, por exemplo, a situação do parque habitacional (há um défice de habitações calculado em 44 mil fogos) e das infra-estruturas nas freguesias e nos bairros camarários (nestes residem [illegible] mente cerca de 70 mil [illegible] de água as), sobre a limpeza da [illegible]cíficos da sobre a vida cultural e [illegible]as, etc. (incluindo um levanta[illegible] As lutas dos grupos de teatro [illegible]raso no balham na cidade), sobre [illegible]os, o des trimónio riquíssimo que [illegible]ão patron cessário preservar, [illegible]mpresas e meio ambiente e os [illegible]mento sind verdes, etc.

De tudo isto se falou [illegible] naturalment com especi sembleia, [illegible] sembleia, que recordou [illegible]venções so nesse âmbito aspectos [illegible]sas e secto tos que tocam de perto [illegible]Porto, entre portuense. Alguns exem[illegible]Mondego, S luta das populações qu[illegible]ativa, secu tarifas de energia eléc[illegible]experiênc campanha de limpeza [illegible]exemplos d de (acção de planifica[illegible]hadores, dita na Câmara e que [illegible]esemprego quase um ano de ava[illegible]económica

Intervenção de ÁLVARO CUNHAL

Urge evitar a ruptura do sistema financeiro
Urge renegociar a dívida externa

Camaradas:

A 1.ª Assembleia da Organização Local do PCP, que acaba de realizar-se, mostrou **como os comunistas do Porto se sentem orgulhosos da sua cidade.**

Mas mostrou também que **a cidade do Porto tem boas razões para se sentir orgulhosa dos seus comunistas.**

O Porto democrático em luta

Pelas suas tradições históricas, pelo papel de relevo que representou em momentos cruciais da vida da nação portuguesa, — na revolução do século XIV, nas lutas liberais, na implantação da República, na resistência à ditadura fascista, na revolução de Abril, — a cidade do Porto constitui um testemunho glorioso da luta do povo português pela liberdade, o progresso e a independência nacional.

Num momento grave da vida nacional em que forças reaccionárias coligadas semeiam o desemprego, a miséria e a fome, arruinam a economia portuguesa, ameaçam as liberdades e a democracia, comprometem a independência do País, a segurança e a paz — a 1.ª Assembleia da Organização Local do Porto do PCP insere-se na linha das melhores tradições da luta dos trabalhadores e do povo da cidade.

Nos documentos e nas intervenções dos delegados ficou evidenciado que **o Porto não é um feudo do PSD, do CDS e dos seus aliados soaristas.**

A 1.ª Assembleia constituiu um vibrante testemunho de que, digno das suas gloriosas tradições, **o Porto dos trabalhadores, o Porto democrático, está de pé e em luta em defesa do pão, da liberdade e do futuro dos seus filhos e de todos os portugueses, está de pé e em luta em defesa do Portugal de Abril.**

A degradação das condições de vida

A Assembleia abordou, a nível local, os grandes problemas que atravessa o nosso país a nível nacional e definiu as suas tarefas futuras no quadro da luta em que todo o Partido, o povo, os democratas, estão empenhados no momento presente.

Assim, a Assembleia examinou atentamente **a situação social** e o **agravamento das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral.**

É um quadro aterrador.

Boicote e atraso da contratação colectiva, designadamente na têxtil, no vestuário e na indústria gráfica — com o apoio do governo e dos amarelos da UGT que firmam acordos-frete ao patronato. Despedimentos individuais e colectivos, em violação grosseira das leis. Atraso no pagamento de salários e subsídios, como é o caso do grupo Mondego, da Calandra do Bonfim e das malhas Ameal. Encerramento e falência de empresas como é o caso da Corfam's, das malhas Colombo, da Raiotex, da Francor, da Sonarida e de muitas outras. Descida vertical do poder de compra em resultado dos constantes e brutais aumentos dos preços. Milhares de jovens à procura do 1.º emprego ou sem escola onde estudar. Mulheres aflitas com a falta de recursos e sem ter comer para dar aos seus filhos. Pensões de reformados e deficientes que não chegam sequer para pagar o pão de cada dia. 40 000 habitantes do Porto vivendo nas «ilhas» e bairros degradados. Rendas de casa e preço da saúde a que só os ricos podem chegar.

E ainda problemas instantes da população — como o abastecimento de água, a rede de saneamento, as creches e os centros de 3.ª idade — que estão esquecidos pelo Governo e pelas Câmaras reaccionárias e que continuam por resolver.

A situação social no Porto é um espelho da situação nacional. Em Portugal há 160 000 ou mais trabalhadores com os salários em atraso. Há 600 000 ou mais trabalhadores com contratos a prazo. Há 600 000 ou mais desempregados.

É este o resultado para os trabalhadores e para a maioria esmagadora dos portugueses e portuguesas, da política do Governo Soares/M. Pinto que, continuando e agravando a política do governo «AD», tudo sacrifica ao objectivo de restaurar os monopólios liquidados pela Revolução de Abril e restaurar o seu domínio sobre toda a economia nacional e sobre toda a vida nacional.

O povo diz «basta!» É dever de todos os democratas e patriotas ouvir, respeitar, atender e traduzir nas próprias acções a vontade inequívoca do povo.

A austeridade e o regabofe

O Governo Soares/M. Pinto, tal como os governos reaccionários anteriores, procura justificar o agravamento das condições de vida do povo pela necessidade de «austeridade» em virtude da «falta de recursos».

Será isso verdade? Será essa a causa dos despedimentos, do congelamento de salários, dos salários em atraso, da miséria e da fome?

Sem dúvida que com a política de destruição do Governo, há cada vez menos recursos.

Mas, se é necessário poupar recursos, se é necessário uma «política de austeridade», ela deve começar pelos consumos inúteis e pelos gastos sumptuários e **não tirar ao estômago do pobre para encher o cofre dos ricos.**

E o que se passa é isso precisamente.

Ao mesmo tempo que impõe a mais cruel «austeridade» ao povo, ao mesmo tempo que diz não haver dinheiro para resolver os problemas mais urgentes dos trabalhadores e da população, o Governo Soares/M. Pinto abre os sacos azuis de centenas de milhões de contos para os capitalistas.

Ao mesmo tempo que permite a fuga ao fisco dos grandes capitalistas, e lhes concede isenções e reduções de impostos, aumentam em milhões de contos a cobrança do imposto profissional dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo que condena o povo à miséria e à fome por «não haver recursos» continua o Governo a fazer despesas sumptuárias sem qualquer limite, continua o Primeiro-Ministro, com as suas pomposas comitivas comendo lagosta e bebendo champanhe, a fazer longas viajatas que custam fortunas ao Estado, continuam as fraudes e a corrupção aos mais altos níveis, continuam as clientelas dos partidos do Governo a encher os bolsos, as burlas e as contas bancárias cá dentro e lá fora.

Para **eles**, dinheiro do Estado não falta. E o pior é que ainda acham pouco.

Esses mesmos que dizem não haver dinheiro para pagar salários, para aumentar salários cujo valor real se degrada, para satisfazer justas reivindicações dos trabalhadores e das massas populares, esses mesmos, no Governo e na Assembleia da República, utilizam os seus poderes de ministros e deputados para se governarem à grande e à francesa

Os ministros e deputados que constituem o Governo e a sua maioria PS/PSD pretendem agora fazer aprovar uma proposta de lei sobre os seus próprios vencimentos.

Para que querem essa lei? Para determinar um pouco mais de «austeridade» a ministros e deputados?

Não, camaradas. Precisamente o contrário.

Se essa lei fosse aprovada, o Primeiro-Ministro M. Soares passaria a ganhar a bagatela de 168 contos mensais. Os ministros passariam a ganhar 140 contos. Os secretários de Estado 124 contos. Os deputados 92 contos. E isto, fora o queimado...

É um verdadeiro escândalo. É um verdadeiro insulto à miséria do povo.

Podeis estar certos de que os deptuados comunistas lutarão firmemente para que esta lei imoral não seja aprovada. E, se for aprovada (podeis também estar certos) os deputados comunistas nada ganharão pessoalmente com ela, pois continuarão a receber pessoalmente o mesmo que hoje ganham. A diferença será para o Partido, — para que o Partido disponha de mais recursos para desenvolver a sua acção de forma a contribuir para que, o mais rapidamente possível, seja posto fim à política de fome para o povo e de regabofe para os partidos do Governo, para que o mais rapidamente possível, **o Governo Soares/M. Pinto vá para a rua e seja formado um governo democrático que sirva o povo e o País.**

O desastre da economia

O Primeiro-Ministro continua a repetir o que dizia oito anos atrás, *quando formou o governo PS sozinho, e o que disseram também os governos reaccionários que lhe sucederam: os sacrifícios impostos ao* povo seriam indispensáveis para a «recuperação económica do País».

Mas qual foi o resultado dos sacrifícios?

Na 1.ª Assembleia da Organização Local do Porto foram apresentados significativos exemplos das consequências da política chamada de «recuperação económica», mas de real recuperação capitalista.

Em vez de «recuperação económica», o País foi arrastado para uma profunda e trágica crise que se está convertendo num verdadeiro desastre nacional.

A produção nacional desce. A indústria anda para trás. A agricultura, apesar do ano agrícola favorável, está ao abandono. Os pequenos e médios agricultores estão arruinados. As falências de pequenas e médias empresas contam-se por milhares. A taxa anual da inflação sobe a 30%.

Na sua criminosa política de restauração monopolista, o Governo faz com o País o mesmo que faz com as empresas que quer destruir: avança planos de «viabilização» através da sua efectiva falência. No seguimento da política do anterior governo «AD», a política do Governo Mário Soares/M. Pinto é **uma política de falência nacional.**

O que se acaba de passar com o **Orçamento Geral do Estado** constitui um verdadeiro escândalo, que, só por si, tal como milhares de outros procedimentos, **justificaria plenamente a demissão do Governo.**

Em fins de 1983 o Governo elaborou, propôs e fez aprovar na Assembleia da República o Orçamento Geral do Estado para 1984. Isto é: ficou determinado o montante das receitas e das despesas do Estado para 1984.

Mas que sucedeu?

Sucedeu que, ao findar o ano de 1984 e quando se deveria já estar a debater o Orçamento para 1985, o Governo é obrigado a confessar, em duas confissões seguidas com intervalo de 4 dias — a segunda das quais porque desmascarado por deputados comunistas — é obrigado a confessar que gastou ilegal e abusivamente muito mais do que estava autorizado, que deu sumiço a 37 milhões de contos que deveria destinar fundamentalmente ao aumento de salários e que o défice do Orçamento para 1984 atingiu mais 88,4 milhões de contos do que fora autorizado, subindo no total oficial a 265,1 milhões de contos!

Mas este número está ainda muito abaixo do défice real. O défice real deve subir a mais de 300 milhões de contos, porque o Governo se recusa a contar, para o cálculo do défice, gastos substanciais já efectuados por ministérios como os da Saúde e da Educação, porque cada dia se descobrem mais «buracos» nas contas do Estado, porque os Ministérios estão também cheios de «buracos» provocados por despesas indevidamente efectuadas — «buracos» que mantêm em segredo com a vã esperança de também em segredo os taparem, mas que acabarão por ser destapados à vista da opinião pública.

À chamada política económica e financeira soma-se a falta de rigor técnico, a incompetência, a sonegação de dados, num verdadeiro estendal de actuações que conduzem a economia e o sistema financeiro nacionais ao completo descalabro.

Um alerta: urge evitar a rutpura do sistema financeiro

Ante o desastre para o qual o Governo arrasta Portugal, é oportuno hoje aqui fazer **dois alertas solenes**: um respeita ao sistema financeiro, outro à dívida externa.

O primeiro: é preciso que os portugueses tomem consciência que **o sistema financeiro corre risco de ruptura.**

O objectivo de liquidar a nacionalização da banca e restaurar o capital financeiro determinou (a par de uma política de degradação dos sectores básicos da nossa economia) uma política de autêntica destruição dos bancos (tal como a guerra às nacionalizações determinou a destruição de numerosas outras empresas nacionalizadas).

As decisões do Governo e dos gestores por ele nomeados, as ordens dadas ao Banco de Portugal, a atribuição de recursos bancários aos capitalistas sem contrapartida útil, o crédito mal parado, os financiamentos em pura perda, as diferenças (impostas pelo FMI de conivência com o Governo) entre as taxas de juro nas operações activas e passivas, as operações delituosas como aquela que levou de uma assentada 200 000 contos ao Banco Fonsecas & Burnay — **assestaram fundos golpes não apenas em tal ou tal banco, mas no sistema bancário e financeiro no seu conjunto.**

Nós perguntamos camaradas: Será preciso que surjam situações de ruptura financeira ou que o Banco de Portugal necessite de vender mais ouro para conseguir resultados positivos, para só então se pôr termo a esta política de destruição e ruína nacionais?

Será preciso que sectores básicos da economia incluindo bancos, comecem a cair como castelos de cartas, para cortar o passo aqueles que usam o Poder não para servir Portugal mas para destruí-lo?

O nosso Partido já respondeu a estas perguntas.

A demissão do Governo é uma exigência do povo em luta, é um dever das instituições e é também um **imperativo nacional.**

Outro alerta: urge renegociar a dívida externa

O segundo alerta respeita à **dívida externa**: é preciso que todos os portugueses tomem consciência de que **o recurso irresponsável aos empréstimos externos, as condições aceites pelo Governo e os juros que se pagam anualmente estrangulam e sugam completamente a nossa economia e estão comprometendo o nosso desenvolvimento económico, a nossa independência e o nosso futuro.**

Seria muito útil que todos os portugueses conhecessem aquilo que se chama «**a carta de intenções**» do Governo Soares com o FMI, como base para conseguir empréstimos.

O Governo promete em resumo, e por outras palavras, reduzir os salários em 20%, promete novos e brutais aumentos de preços dos bens essenciais, promete redução das despesas com a saúde e a educação, promete cortes de financiamento às empresas públicas, promete a desvalorização do escudo, promete maiores facilidades às importações, etc.

Por aqui se vê que **cada novo empréstimo**, que Soares apresenta sorridente e satisfeito como uma vitória, constitui **uma verdadeira derrota nacional**, um novo puxão na corda que estrangula a economia portuguesa.

O País encontra-se, a este respeito, ante uma alternativa: **ou a política actual prossegue e Portugal se afunda, ou se lhe põe fim demitindo o Governo e adoptando uma política verdadeiramente nacional — e isso significa por um lado a mobilização e dinamização dos nossos recursos, capacidades e potencialidades para aumentar a produção e, por outro lado, a indispensável renegociação da dívida externa para garantir os interesses nacionais.**

O mercado comum e a demagogia soarista

Para tentar iludir o povo acerca da gravíssima situação, o Primeiro-Ministro, depois da *cowboyada* de vergonhosas negociações, deita novamente foguetes eleiçoeiros e demagógicos ao Mercado Comum.

É caso mais para chorar que para rir.

Primeiro, porque a integração de Portugal no Mercado Comum, se viesse a realizar-se, seria uma catástrofe para a nossa economia e catástrofe tanto maior quanto é certo que o **Dr. Soares se mostra disposto** (para tirar efeito político da integração) a aceitar essa integração, sem acautelar devidamente os interesses da nossa indústria, da nossa agricultura, das nossas pescas. Ou seja, **prepara a integração no Mercado Comum também em termos de capitulação nacional**

Depois, porque para Portugal, é uma vergonha que um seu Primeiro-Ministro ande a mendigar o favor político de uma integração e ande há anos a proclamar com toda a seriedade que «agora vai!» para adiante levar com a porta na cara.

E ainda porque esse «constat d'accord» é uma coisa tão sem valor que nem sequer encontraram palavras portuguesas para traduzi-lo.

No fim de contas, é um papel que nada mais representa que intenções — tendo pela frente uma negociação cujos termos e resultados são imprevisíveis.

Se quiséssemos traduzir a expressão diríamos que o **«constat d'accord» é uma espécie de senha de racionamento para utilizar daqui a mais de um ano, sem que se saiba se a senha será então válida, e, sendo válida, se haverá géneros para levantar, e, havendo géneros, se não estarão podres.**

Quando o Primeiro-Ministro proclama que «desde agora Portugal já faz parte do Mercado Comum» e agita triunfal o tal «constat d'accord», a tal senha de racionamento, dá uma triste imagem do nível a que reduziu a política e a diplomacia portuguesa.

Dir-se-ia que o Primeiro-Ministro toma os portugueses por tontos.

A sua demagogia é sem limites. Já multiplica as promessas. Já começa a distribuição de migalhas e rebuçados. Já começa as campanhas de inaugurações, incluindo de obras há muito inauguradas e de outras que nunca serão.

Mas o povo português já viu e ouviu tudo isso muitas vezes.

O povo português (ao contrário do que parece julgar o Primeiro-Ministro) não é um bicho qualquer a quem o domador consegue domesticar dando-lhe alternadamente chicote e biscoito.

Por isso se torna cada vez mais difícil ao Primeiro-Ministro aparecer onde quer que seja sem que logo espontaneamente haja quem o receba como merece.

Por isso a demissão do Governo é hoje uma reclamação que se ouve de Norte a Sul do País.

Falando de demagogia não quero deixar de dizer duas palavras sobre um triste e recente acontecimento: o funeral aqui no Porto de um grande, digno e íntegro companheiro de combate, ao qual uma vez mais prestamos homenagem.

Só por repugnante demagogia podem pretender pôr-se à frente do povo e dos seus representantes nas cerimónias fúnebres, aqueles mesmos que o companheiro morto firmemente combateu.

O povo tem o direito de honrar os seus mortos. E o povo do Porto soube fazê-lo no funeral do professor Ruy Luís Gomes.

O regime democrático em perigo

O Primeiro-Ministro e o seu Governo vão tomando nota do seu próprio descrédito e desprestígio e da vastidão do descontentamento e do protesto popular.

Já compreenderam que, sendo asseguradas as liberdades e continuando o regime democrático, estão condenados à derrota.

Por isso se voltam contra as liberdades. Por isso põem em causa o regime democrático.

A repressão patronal instaurada em numerosas empresas, as suspensões, processos disciplinares e despedimentos dos trabalhadores mais combativos (como sucedeu na Fibra, nas Malhas Tentativa, na Âmbar, na Morais & Marques, nas Malhas Ameal e noutras empresas) são exemplos, citados na 1.ª Assembleia da Organização Local do Porto, da liquidação de liberdades e direitos fundamentais dos trabalhadores no quadro da política do Governo PS/PSD.

Na 1.ª Assembleia da Organização Local foram também citadas muitas outras infracções pelo Governo e pelas autoridades, de liberdades democráticas fundamentais.

Não se trata já de «casos». Trata-se de uma política.

Uma política em que a repressão é a resposta do Governo às justas reclamações do povo, como ainda há dias se viu em Sesimbra com as cargas brutais da polícia; em que a violência pela violência e o ódio ao povo é o estilo de acção que o Governo imprime às forças repressivas, como há dias se viu nessa feroz acção policial em Penha Longa, quando da corrida de Fórmula 1 em Cascais; em que a [illegible] de serviços de espionagem política e as provocações mais so[illegible] substituem o debate político e ideológico; em que o projecto de [illegible] Segurança Interna põe a nu a tentativa de formação de um E[illegible] policial de tipo totalitário que teria o próprio Primeiro-Ministro a [illegible]brar os cordelinhos das polícias, dos bufos, das provocações [illegible] acções repressivas.

Como nos lembramos, só a firme luta do povo e de amplos [illegible]res democráticos — e isso constitui uma importante vitória — [illegible] até hoje que essa lei fosse definitivamente aprovada. Temeroso [illegible] e das suas repercussões o Governo recuou e parece não ter [illegible] em retomar o debate na Assembleia da República. Mas a [illegible] persiste e é necessário continuar a luta até esse projecto ser defi[illegible]mente posto de lado.

Mas não ficam por aqui as ameaças ao regime democrático.

O pacote autárquico atinge gravemente o Poder Local demo[illegible] — uma das grandes conquistas de Abril. Novas leis estão em p[illegible] ção contra os direitos de associação partidária, de reunião, de m[illegible] tação e de greve, assim como contra a liberdade sindical.

E, ainda mais grave, assiste-se a uma verdadeira campa[illegible] forças do Governo, receosas de futuras eleições, no sentido d[illegible] vação de **novas leis eleitorais** que, desrespeitando frontal[illegible] Constituição, reduziriam as eleições a mascaradas, talvez a[illegible] no tempo de Salazar e Caetano, mas **completamente inaceitá[illegible] Portugal democrático conquistado com a luta e os sacrifí[illegible] povo português.**

A luta em defesa das liberdades democráticas e do regime [illegible] crático tem não só de prosseguir como de intensificar-se e a[illegible] e aqui fazemos apelo a todos os antifascistas, a todos os de[illegible] *para que nos unamos nas presentes batalhas — que podem s[illegible] vas — para assegurar que o fascismo não volte e que* [illegible] *português viva em liberdade.*

A independência nacional em perigo

A luta contra o Governo Soares/M. Pinto pela sua urgente de[illegible] não é apenas uma luta em defesa da democracia. **É também um[illegible] em defesa da independência nacional.**

Muitos portugueses não se deram ainda conta de que u[illegible] aspectos mais graves da política do Governo e da situação d[illegible] provoca são **as concessões** que, a troco do apoio político e[illegible] para se manter no Poder, o Governo faz diariamente ao imperia[illegible] nomeadamente ao imperialismo norte-americano.

São concessões de carácter económico, financeiro, político [illegible] mático e militar, que atingem, ofendem e limitam cada vez [illegible] nossa independência nacional e põem em risco a segurança e [illegible] do nosso país.

Se esta política continuasse, dentro em breve a economia [illegible] guesa estaria inteiramente controlada, dominada e atingida pelo [illegible] rialismo estrangeiro, Portugal tornar-se-ia, no conjunto, uma ba[illegible] tar norte-americana e a voz de Portugal no mundo não seria mai[illegible] de Portugal, mas (usando a língua dos dominantes) «his maste[illegible] ce» — a voz do seu dono.

A política externa portuguesa tornou-se, com Mário So[illegible] Pinto, um instrumento da estratégia aventureirista de inter[illegible] e guerra do governo norte-americano.

Submissos a Washington, Soares/M. Pinto apoiam os act[illegible] criminosos do imperialismo, desde a invasão e a ocupação de [illegible] da, à instalação dos novos mísseis na Europa.

Não há provocação imperialista que não conte com o seu a[illegible]

Em zonas nevrálgicas do mundo — como o Próximo Ori[illegible] América Central e a África Austral — **Mário Soares, ao *mesmo t[illegible]* que estende uma mão para o aperto supostamente amistoso [illegible] a lutas dos povos, estende a outra (e com apoios concretos [illegible] bandos armados — como é o caso da UNITA e da RENAMO [illegible] procuram destruir regimes progressistas e entregar de no[illegible] imperialismo os países que conquistaram a sua independê[illegible] nacional.**

Por muito que se esconda no fundo obscuro de águas tur[illegible] falsidade acaba sempre por vir à superfície.

O pior é que esta política envenena as relações com numer[illegible] Estados e impede que elas se desenvolvam conforme seria do in[illegible] se de Portugal.

É tempo de demitir o Governo para que Portugal, garantindo [illegible] liberdade, a sua segurança e a paz, **desenvolva finalmente laç[illegible] amizade e cooperação com todos os países do mundo, con[illegible] exigem os interesses nacionais.**

A urgente demissão do Governo e o diálogo impossível

O Comité Central do nosso Partido, na sua reunião realiza[illegible] mês de Setembro último sublinhou que **a demissão do Gover[illegible] tarefa principal, central e decisiva da hora presente.**

De facto Portugal necessita de pôr fim com urgência à poli[illegible] fome, miséria, destruição do Governo PS/PSD, necessita que o [illegible] democrático e a independência nacional sejam defendidas e as[illegible] radas.

Portugal necessita de um Primeiro-Ministro que sirva o P[illegible] não de um, como o actual, que procura pôr o País ao serviç[illegible] suas ambições.

Se há acordo em que a política actual não serve e se im[illegible] demissão do Governo, **qual o dever fundamental de todos os [illegible] cratas e patriotas?**

Ninguém contestará que o seu dever fundamental é desma[illegible] o Governo e actuar para que se criem o mais rapidamente con[illegible] para que seja demitido.

Numa tal situação será de acreditar que os problemas na[illegible] poderão ser resolvidos através do diálogo com o Governo?

Não, camaradas.

O Governo mostrou e demonstrou durante quase um [illegible] melo, que não deseja, não quer e não admite o diálogo, que [illegible] mo quando fala em diálogo, é para enganar e iludir o povo portu[illegible] para impôr a sua criminosa política antipopular, antidemocrática [illegible] nacional.

Nos últimos tempos da «AD», Mário Soares apregoava o [illegible] go», «o consenso», a «concertação social», a «paz social». E [illegible] fez? Logo que se viu Primeiro-Ministro, declarou a guerra social [illegible] os trabalhadores.

E o chamado Conselho Superior de Consertação Social anu[illegible] como o areópago do «diálogo»? A verdade é que esse Conse[illegible] concebido, legislado, organizado (na sua composição, nas su[illegible] buições, e nas suas competências), não para assegurar uma ve[illegible] ra «concertação social», um verdadeiro diálogo, mas para impo[illegible]

op as objectivas
id e

sidem actual
70 mil pess
za da cidade
ral e artístic
evantament
atro que tra
), sobre o pa
o que é ne
var, sobre
os espaços
falou na As
cordou ainda
ectos concre-
perto a vida
exemplos: a
es quanto às
eléctrica, a
eza da cida-
ificação iné-
que leva já
avanço so-

previsto), o abastecimen- água, os problemas es- s das freguesias ribeiri- etc.

tas dos trabalhadores, o no pagamento de salá- desemprego, a repres- atronal, a situação nas sas e a acção do movi- sindical unitário foram, mente, temas abordados especial destaque na As- leia, registando-se inter- s sobre diversas empre- sectores profissionais do entre as quais o Grupo , STCP, Jacinto, Ten- sector gráfico, etc. As ências de luta e os s da firmeza dos traba- es contra a política de mprego e de destruição mica do País através dos boicotes e das manobras do patronato, apoiado pelo Governo, foram questões devidamente caracterizadas nesta Assembleia. Como sublinha a Resolução Política aprovada, «se o desemprego não é ainda mais grave isso deve-se à persistente luta desenvolvida em várias empresas contra o despedimento de centenas de trabalhadores como no Grupo Mondego, na ex-Fertex (actual Ematêxtil), na Fábrica de Tecidos Avenida, nas malhas Ameal e na Jacinto».

A encerrar o primeiro ponto da ordem de trabalhos, falou a camarada Helena Medina. Foi a intervenção-síntese da própria Assembleia. Uma intervenção de balanço.

A actividade preparatória da Assembleia, a cidade do Porto e o seu destacado papel em todas as grandes lutas do povo português, os desfiles a realizar na cidade no próximo dia 17 pelos salários, pelo trabalho, contra a carestia, pelas liberdades e pela demissão do Governo, a acção dos comunistas para melhorar as condições de vida da população portuense, as direcções fundamentais de trabalho aprovadas e largamente referidas na Assembleia, o reforço do Partido nos seus mais variados aspectos e finalmente uma referência aos trabalhos preparatórios da 1.ª Assembleia da Organização Regional do Porto — foram os temas desenvolvidos na intervenção de Helena Medina.

O Comité Local do Porto **eleito na 1.ª Assembleia é constituído por 70 camaradas, dos quais 37 são operários, 16 empregados, 12 intelectuais e 5 de profissões diversas. Dos 70 elementos do CLP 17 são mulheres (24,3 por cento).**

No decorrer dos trabalhos da Assembleia foi aprovada por unanimidade e aclamação uma moção sobre o *Centro de Trabalho Vitória*, em Lisboa, e a campanha de fundos em curso para a sua aquisição. Além de saudar a DORL do PCP e de exprimir a solidariedade dos comunistas do Porto à grande campanha de fundos, a moção incumbe o CLP de enviar à DORL a quantia de 100 mil escudos das receitas da campanha de fundos do próximo Natal, «como contribuição dos comunistas da cidade do Porto para a aquisição do Centro Vitória».

que a criação
ais sórdidas
cto de Lei de
e um Estado
stro a mano-
ações e das
mplos secto-
a — impediu
eroso da luta
o ter pressa
s a ameaça
ser definitiva-
crático.
democrático
em prepara-
de manifes-
mpanha das
tido da apro-
ontalmente a
ez aceitáveis
ceitáveis no
acrifícios do
egime demo-
e ampliar-se,
democratas,
m ser decisi-
que o povo
te demissão
em uma luta
que um dos
ção que ela
tico externo
perialismo e
lítico, diplo-
vez mais a
nça e a paz
omia portu-
a pelo impe-
a base mili-
a mais a voz
naster's voi-
Soares/M.
intervenção
actos mais
o de Grana-
eu aplauso.
Oriente, a
smo tempo
istoso com
cretos) aos
AMO — que
de novo ao
ependência
as turvas, a
numerosos
a do interes-
ntindo a sua
te laços de
, conforme
no
ealizada no
overno é a
à política de
ue o regime
s e assegu-
va o País,
serviço das
se impõe a
s os demo-
esmascarar
e condições
s nacionais
?
um ano e
, que, mes-
português e
rática e anti-
va o «diálo-
l». E o que
social contra
l anunciado
Conselho
s suas atri-
a verdade
a impôr aos

as decisões e medidas do Governo e do grande patrona- o.

etamente justo que, nestas condições, a CGTP-Intersin- al se tenha recusado a participar numa tal mascarada de «concertação» — atitude com a qual (estamos certos) estais inteiramente de acordo.

mais ainda.

não verdade que onde quer que os trabalhadores e os seus sindicais têm procurado de cabeça erguida expôr ao Gover- eadamente ao Primeiro-Ministro, a sua situação e as suas cações, são insultados, matraqueados e presos, numa clara ração daquilo que o Governo e o seu Primeiro-Ministro enten- «diálogo»?

osso Partido, outros democratas, os sindicatos, as organi- sociais mais representativas procuraram baldadamente o diá- m o Governo.

há mais experiências a fazer. O Governo já mostrou e de- que nunca quis nem quer o diálogo, que quer impôr a sua minosa contra tudo e contra todos.

está feita de que com este Governo o diálogo é impos- urge é atirar o Governo para a rua.

Uma iniciativa inoportuna

situação, **a iniciativa de dirigentes do MDP de propor o ao Governo e ao Primeiro-Ministro, afirmando ter em vista rar solução para os problemas nacionais, não pode deixar siderar-se não apenas surpreendente, mas inoportuna.**

perguntamos e sujeitamos as perguntas à reflexão dos nos- gos:

reflectirá tal iniciativa uma incorrecta avaliação e perigosas acerca da política actual?

contrariará a poderosa luta em curso pela demissão do no?

introduzirá um elemento perturbador do funcionamento das uições que *conduza a tal demissão?*

Num momento em que o Governo está cada vez mais isolado e Soares cada vez mais desacreditado, essa iniciativa não tenderá a numa esfera estreita) a minorar esse isolamento e descré-

facilitará a continuação da guerra social conduzida pelo Go- contra os trabalhadores, dando ao Governo pretexto para afir- e o exemplo do MDP mostra que, se não há diálogo com os adores e a CGTP-IN, é porque os trabalhadores e a CGTP-IN o erem?

introduzirá tal iniciativa um factor de enfraquecimento da uni- democratas e patriotas que hoje mais que nunca é necessária uma alternativa democrática se torne possível?

ntusiasmo e aprovação com que o Primeiro-Ministro logo res- à proposta desses democratas revela bem como tal diligência ncontro dos seus interesses, da sua política e da sua dema-

itamos a triste hipótese de que um dia destes os tais encon- o «diálogo» se realizam. Temos também de admitir que Mário a pedido, conceda umas migalhas para mostrar as virtudes do », ou admita mesmo vir a considerar no futuro ofertas aos ntes para o desempenho de altas funções.

nto às migalhas, dando pasto à demagogia soarista, ficaram a mau serviço prestado pelos democratas dialogantes.

nto à oferta de altos cargos, rotundamente nos recusamos a que algum democrata a aceitasse.

mpreendemos que democratas (por efeito da histórica campa- comunista) receiem estar de acordo (nisto ou naquilo) com o mesmo que o estando de facto.

Mais difícil seria compreender que democratas pudessem entrar acordos e compromissos com o Governo no preciso momento em trabalhadores e vastas massas populares reclamam a sua

MDP é um aliado do nosso Partido na APU. A hora actual que os democratas reforcem a sua unidade. E um ponto mental de qualquer unidade democrática é o objectivo da são do Governo PS/PSD e da formação de um governo de- co.

MDP pronuncia-se também nesse sentido.

A luta — o nosso caminho

é o principal caminho de que dispõem os trabalhadores e as populares para defenderem os seus direitos e alcançarem ternativa democrática.

1.ª Assembleia da Organização Local do Porto do PCP deu testemunho da luta incansável, corajosa e firme dos trabalha- das mulheres, da juventude, dos intelectuais, da população, dos atas do Porto.

a cidade pelas suas tradições históricas é conhecida pela cida- victa — a cidade invencível — também se pode dizer que é **é invencível, o espírito democrático do povo do Porto.**

como de todo o povo português.

situação impõe que se desenvolva a luta de todas as classes e as antimonopolistas — dos trabalhadores, das mulheres, da de, dos pequenos e médios agricultores, dos intelectuais, dos os e médios comerciantes e industriais — assim como dos es mais desfavorecidos da população, como reformados e defi-

situação impõe **que se reforcem todas as organizações e uras unitárias**, designadamente os sindicatos e outras organi- s de classe — poderosíssimas armas do nosso povo e da demo- portuguesa.

situação impõe **que se reforce a unidade** — da classe operária, os democratas e patriotas — **nas lutas cujo factor motriz da caso é constituído por objectivos concretos imediatos, que convergem necessária e inevitavelmente no objectivo l e fundamental da hora presente que é a demissão do Go- Mário Soares/M. Pinto.**

Governo e todos os reaccionários nada mais receiam do que a organização e a unidade da clase operária, do povo, das forças mocracia.

isso lhes fazem guerra feroz.

que sucede quanto ao movimento sindical?

cede que o Governo, o grande patronato e todos os reacccioná- mbatem por todos os meios — mesmo os mais indignos — o movimento sindical unitário dos trabalhadores portugueses em da CGTP-Intersindical Nacional.

instigam, financiam, apoiam, também por todos os meios, mes- mais revoltantes, o divisionismo sindical, designadamente os os da UGT.

ão são apenas os partidos do Governo que dão toda a espécie oio aos amarelos. **É o Governo como tal, que, abusando do e utilizando ilegalmente os fundos públicos, dá ilegalmente dios do Estado aos sindicatos da UGT.**

ssim, o Instituto do Emprego e da Formação Profissional do Ministério do Trabalho deu 13 000 contos (dos quais 8000 para despesas correntes) ao Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto; deu 6000 contos (dos quais 3000 para despesas correntes) ao Sindicato homólogo do Distrito de Braga; deu 6000 contos (dos quais 4000 para despesas correntes) ao Sindicato dos Professores da Zona Norte; e assim por diante.

Vê-se que o PS e o PSD se servem dos cofres do Estado como se fossem a sua própria bolsa.

Nem assim impedirão que se reforce a organização, a unidade e a luta da classe operária e dos trabalhadores em geral, assim como a unidade a a luta de democratas e patriotas.

A luta continua, camaradas. E continua para que o Governo Soares/M. Pinto vá para a rua.

As eleições presidenciais de 1985

O próximo ano, o ano de 1985 será um ano de eleições. **Duas devem realizar-se obrigatoriamente** por força da Constituição: **a eleição para as Autarquias e a eleição do Presidente da República.**

Mas é também de admitir a realização em 1985 de **eleições legislativas** por **motivo da dissolução da Assembleia da República, — o que em certas circunstâncias pode tornar-se inevitável.**

O tempo passa depressa e cabe por isso aqui dizer algumas palavras acerca dessas três eleições.

Sobre **as eleições presidenciais**, qual deve ser o objectivo fundamental dos democratas e patriotas?

No nosso entender, o objectivo fundamental deve ser **derrotar o ou os candidatos da direita, incluindo naturalmente Mário Soares, e assegurar a vitória de um candidato da democracia.**

Não basta ter um bom candidato democrático. É indispensável assegurar que esse candidato conte com o apoio ou resulte do consenso de todos aqueles que com os seus votos têm de assegurar a sua vitória.

E uma vez que tal consenso não foi ainda estabelecido, insistimos em que **não estão maduras as condições para avançar com qualquer candidatura democrática e que precipitações a este respeito só podem dividir a opinião democrática e facilitar uma vitória da direita.**

Aqueles que dizem ser necessário avançar desde já com uma candidatura democrática, além do mais porque a demissão do Governo deverá resultar de uma vitória democrática nas eleições presidenciais, nós dizemos que **estão a ver as coisas ao contrário.**.

Como já temos afirmado não é a vitória democrática nas presidenciais que deve possibilitar e facilitar a demissão do Governo, mas **a demissão do Governo que deve criar condições favoráveis para a vitória democrática nas eleições presidenciais.**

As eleições autárquicas

Quanto às **eleições autárquicas** é bom começar a pensar nelas seriamente.

A reacção já se prepara para elas. Nós também não devemos perder tempo.

Qual deve ser o objectivo fundamental para as eleições autárquicas?

O objectivo fundamental deve ser reforçar as posições da APU, designadamente do PCP, nas Câmaras e Assembleias Municipais, nas Juntas e Assembleias de Freguesia.

Qual a experiência fundamental que o nosso povo pode colher da gestão municipal pelas várias formações políticas?

A experiência fundamental é que, enquanto nas autarquias dominadas pelo PSD e pelo CDS, em conivência mais ou menos activa com o PS, os problemas em geral não são resolvidos, as verbas são desviadas dos seus fins, são protegidos interesses ilegítimos, lavram as negociatas, os compadrios, o suborno e a corrupção, — **nas autarquias dirigidas pela APU** e naquelas em que há eleitos comunistas, apesar da escassez de meios financeiros, muitos e graves problemas são resolvidos e os comunistas e outros democratas eleitos trabalham no duro e alcançam resultados por vezes notáveis.

Os trabalhos da 1.ª Assembleia da Organização Local do Porto foram a esse respeito concludentes.

Creio, camaradas, que todos estareis de acordo que daqui saudemos o vereador da APU do Pelouro da Limpeza e Oficinas Gerais da Câmara Municipal do Porto pela notável obra realizada — designadamente pela campanha de limpeza, a remoção de lixeiras, a instalação de novos contentores, a desratização, a dinamização das oficinas — obra realizada em inteira ligação com a população e as estruturas populares.

E que saudemos da mesma forma o vereador da APU no Pelouro dos Equipamentos Desportivos, Recreativos e Culturais e das Zonas Verdes dos bairros camarários, cuja acção já se faz sentir.

E ainda a Junta de Miragaia e a população da freguesia pela obra de grande alcance social realizada desde 1981, apesar da escassez de meios financeiros, obra justamente voltada para a solução de problemas instantes dos moradores.

Os eleitos do PCP e da APU nas autarquias tal como no Porto, já mostraram em todo o País que, juntamente com as populações, **são inteiramente capazes de resolver muitos dos seus mais graves e instantes problemas.**

Naturalmente será nos meses próximos que o nosso Partido definirá as orientações do trabalho para as eleições autárquicas.

Mas uma coisa se pode ter desde já por adquirida: Nas Câmaras e Assembleias Municipais e nas Juntas e Assembleias de Freguesia serão necessários mais comunistas e outros democratas determinados a resolver os problemas.

As eleições autárquicas de 1985 devem desde já ser encaradas como uma batalha a travar e a vencer.

As eleições para a Assembleia da República

E em relação às **eleições para a Assembleia da República**, admitindo que venham a realizar-se em 1985?

Com grande grau de probabilidade, o quadro dos partidos que concorrerão às eleições será diferente do quadro actual.

Isto é: com grande grau de probabilidade, até lá serão criados novos partidos democráticos que poderão atrair boa parte daqueles que votaram no PS e no PSD e hoje se voltam contra o Governo destes partidos.

Esse facto só por si provocará inevitavelmente grandes alterações na correlação de forças e na arrumação política dos diversos partidos na Assembleia da República.

Mas, em qualquer caso, **uma ideia deve estar clara** para todos aqueles que entendem ser necessário pôr fim à política de desastre dos últimos anos e ser necessária uma nova política capaz de fazer o País sair da crise e de resolver os problemas nacionais: **O reforço significativo do PCP e o aumento do número dos seus deputados será indispensável para que uma verdadeira alternativa democrática tenha lugar.**

A **1.ª Assembleia da Organização Local do Porto** salientou justamente **a acção dos deputados comunistas eleitos no distrito do Porto** para a resolução dos problemas da cidade.

O que se passa com os deputados comunistas eleitos pelo Porto passa-se com os deputados comunistas eleitos nos outros distritos.

O Grupo Parlamentar do PCP é o único que na Assembleia da República defende constante, firme e dedicadamente os interesses dos trabalhadores, das populações, as liberdades, as outras conquistas de Abril, o regime democrático e a independência da Pátria.

Será possível aumentar significativamente o número dos deputados do PCP assim como de outros democratas nossos aliados?

Sim, **é possível.**

E a recente eleição do primeiro deputado da APU, membro do Comité Central do nosso Partido, para a Assembleia Regional dos Açores — vitória que daqui saudamos — tem um valor que transcende a Região Autónoma.

Criem-se ou não se criem novos partidos, **é condição essencial para que se concretize uma alternativa — um governo democrático e uma política democrática — o aumento do número de deputados comunistas.**

Esse objectivo deve desde agora estar no horizonte da nossa actividade.

O reforço do Partido

Não é só nas eleições que é indispensável que se reforce o Partido. O avanço do Partido nas futuras eleições bem como a influência real do Partido na vida nacional depende em larga medida do reforço do Partido em todos os aspectos da sua acividade.

A 1.ª Assembleia que acaba de realizar-se indicou medidas essenciais para o reforço do Partido na cidade do Porto: o recrutamento, a estruturação da direcção local, a descentralização da iniciativa e da responsabilidade, o melhoramento do trabalho colectivo, a realização das Assembleias das organizações, a formação e responsabilização de novos quadros, a maior difusão do «Avante!», e de outras publicações do Partido, o desenvolvimento da informação e propaganda, e uma política financeira que garanta uma rigorosa administração dos fundos do Partido e o aumento dos ingressos — cabendo aqui felicitar a organização local do Porto pelo facto de, não só cobrir as suas despesas próprias, como transferir regularmente importantes verbas (2900 contos segundo o plano de 1984) para a caixa da Direcção Regional.

Estamos absolutamente convencidos de que estas e outras tarefas definidas pela 1.ª Assembleia serão cumpridas com êxito e que a organização do nosso Partido na cidade do Porto continuará incessantemente a reforçar-se.

A Assembleia sublinhou também correctamente que **o reforço do Partido é inseparável do reforço do seu trabalho de massas.**

Mostrou com tanta clareza essa ligação que, felicitando a organização local pela sua luta e o seu trabalho, temos também necessariamente de felicitar a classe operária, a população do Porto, as suas organizações e estruturas unitárias.

Por isso saudamos aqui também os sindicatos, as comissões de trabalhadores, as 36 comissões e associações de moradores garantindo o apoio do PCP ao seu trabalho generoso e eficaz, as cooperativas (designadamente as de habitação) e as 400 colectividades locais e grupos culturais e desportivos pela sua obra prestimosa ao serviço do povo e para bem do povo.

Cabe também felicitar o Comité Local eleito pela Assembleia, certos de que, pela sua acção, corresponderá à confiança que nele depositou a organização local.

Bom trabalho, camaradas.

O PCP — indispensável para uma alternativa democrática

Nós insistimos em que, na actualidade, nenhuma força democrática sozinha está em condições de resolver os problemas nacionais.

Insistimos em que é indispensável **a unidade ou pelo menos a convergência de acção de todos os democratas e patriotas para tornar possível uma alternativa democrática.**

E insistimos ainda em que, se é certo que o PCP não pode sozinho (nem se propõe sozinho) assegurar uma alternativa democrática e a solução dos problemas nacionais, não é menos certo que **para uma alternativa democrática e para a solução dos problemas nacionais, a contribuição do PCP é indispensável.**

Por **três razões**, entre outras:

A primeira:

Porque o nosso Partido propõe ao País uma política capaz de fazer o País sair da crise e de resolver os problemas nacionais.

Propõe para todos os sectores de acção governativa, orientações e medidas que podem assegurar cinco objectivos fundamentais que nenhum democrata e patriota negará serem esenciais para o nosso povo e o nosso país:

1.º – a estabilidade, a legalidade e a ordem democrática;
2.º – a saída da crise e a recuperação económica voltada para o desenvolvimento;
3.º – a melhoria das condições de vida materiais e culturais dos portugueses;
4.º – a garantia das liberdades e direitos dos cidadãos;
5.º – a unidade do país, a independência nacional, a segurança e a paz.

A segunda:

Porque o nosso Partido conhece os problemas em profundidade, tem extraordinária capacidade de realização de trabalho, tem uma prática de organização sem paralelo — condições indispensáveis para resolver os problemas nacionais.

A terceira:

Porque o nosso Partido está profundamente ligado à classe operária, aos trabalhadores, às massas populares, conhece os seus interesses, anseios e objectivos, goza de grande prestígio e autoridade, e tem assim condições, também sem paralelo, para dar uma contribuição determinante para a mobilização e dinamização das energias e esforços nacionais indispensáveis para vencer a crise e assegurar o desenvolvimento económico e o progresso social no quadro do Portugal livre, democrático, progressista e independente, criado pela gloriosa revolução de Abril.

Temos confiança no nosso Partido. Temos confiança na classe operária e no povo. Temos confiança na vitória da causa da liberdade e da democracia.

As dificuldades actuais serão ultrapassadas. A reacção será derrotada.

Portugal de Abril vencerá.

A luta continua, pela demissão do Governo PS/PSD e por uma alternativa democrática.

Viva a 1.ª Assembleia da Organização Local do Porto do PCP!
Viva a unidade dos trabalhadores!
Viva a unidade dos democratas e patriotas!
Viva o Partido Comunista Português!

Festa diferente em Coimbra

A Comissão Concelhia de Coimbra do PCP marcou um ponto de encontro entre todos aqueles que vivem, ou nasceram em Coimbra. Também convidados, claro, todos quantos por lá passaram e se demoraram mais do que alguns minutos. É já este sábado que vamos ter uma festa diferente em Coimbra.

Dia 10 a festa começa pelas três da tarde e acaba lá para as tantas. Quem quiser ouvir, ver, cantar ou dançar o folclore, o jazz, a música popular portuguesa, ou ainda o teatro, a poesia ou os fados de Coimbra, quem quiser participar numa matança do porco ou comer umas belas castanhinhas no magusto só tem que ir, a partir das 15 horas, ao CRP Bairro Norton de Matos, em Coimbra.

Assembleia do sector gráfico

Está a decorrer o trabalho preparatório para a Assembleia do Sector dos Gráficos do Comité Local de Lisboa do PCP. Temos assim que hoje mesmo, no Centro de Trabalho dos gráficos, se reúnem os profissionais que trabalham no «Diário Popular», e no «Jornal do Comércio». No Centro de Trabalho de Arroios é a vez de se reunirem os camaradas que trabalham na Cromotipo e na Novolgráfica. Finalmente, desta vez no Centro de Trabalho Vitória, reúnem-se os camaradas da Manuel A. Pacheco.

Mas as reuniões, que adquirem uma importância redobrada uma vez que se destinam à discussão do documento-base e às eleições de delegados à Assembleia, continuam. Assim, dia 9, reúnem-se, no CT Pedro Soares, os camaradas da Comelita Fotográfica e, já dia 13, é a vez de os camaradas que trabalham na EPNC se reunirem no CT Vitória.

Sociedade de Reparações de Navios

Os militantes do PCP que trabalham na Sociedade de Reparações de Navios reuniram-se sábado passado no pavilhão da Romeira para analisar a situação social e a organização do Partido. Esta reunião foi bastante participada e nela se discutiu o relatório da célula. Este documento lembrava, nomeadamente, que desde 1976 que não se realizava nenhuma Assembleia. No final desta reunião foi eleito um novo secretariado de célula composto por treze membros.

Na Assembleia de Célula participou o camarada João Bernardino, membro do Comité Central do PCP e do secretariado da Direcção da Organização Regional de Setúbal. Também presentes delegações das células da Lisnave e do Arsenal do Alfeite.

Reuniu-se a Concelhia de Almada

A Comissão Concelhia de Almada do PCP reuniu-se recentemente para discutir o plano de acção para o ano de 1985 nas autarquias do concelho. Esta reunião foi precedida por toda uma série de reuniões com a população, em que «a APU presta contas e prepara o plano de actividades 1985». Também para preparar esta reunião, realizou-se um plenário de coordenação da frente autárquica e um plenário de quadros onde participaram mais de 140 camaradas.

No encontro da Comissão Concelhia de Almada foi também analisada a situação social e política no concelho. Depois de se destacar a grave situação na indústria naval, as arbitrariedades do patronato e a situação ruinosa de pequenas e médias empresas, concluiu-se pela necessidade de uma nova política e de um novo governo e pela urgência da luta pela sua pronta demissão.

Magusto em Chegadinho

De sexta-feira a domingo é tempo de festa na Quinta do Chegadinho, Cova da Piedade. A iniciativa é uma ideia da comissão local do Partido. Durante estes três dias, por lá passaram os cantares infantis e não só, os filmes e diaporamas, o desporto e o fado.

O fado é, aliás, a grande vedeta do Magusto que se realiza este sábado no pavilhão da Romeira, em Almada. O primeiro atractivo são, de facto os preços populares, depois, não faltarão de certeza os bons petiscos e, finalmente haverá fado com o grupo «Vermelhos da Amadora». Este magusto começa no sábado às 21 e 30 e é uma iniciativa da Comissão de Fundos da Romeira da Comissão Concelhia de Almada do PCP.

Assembleia em São Pedro do Sul

Com um total de cerca de trezentas pessoas (100 delegados e 200 convidados) realiza-se este sábado a 1.ª Assembleia de Organização de São Pedro do Sul do PCP.

Os trabalhos da Assembleia desta organização do distrito de Viseu começam às 15 e terminam por volta das 19 horas. Depois, haverá um magusto na eira de um camarada.

Esta reunião realiza-se no salão dos Bombeiros Voluntários de São Pedro do Sul. No âmbito dos trabalhos preparatórios, a comissão organizadora tinha decidido trazer vinte novos camaradas para o Partido: a dois dias da Assembleia, São Pedro do Sul já tem mais trinta novos comunistas.

Estaleiros de Viana do Castelo

A célula do Partido Comunista Português nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo vai-se reuir em Assembleia este sábado.

Na reunião, serão analisados os problemas da empresa e o trabalho da célula. Serão também estabelecidas as direcções de trabalho fundamentais e eleger-se-á um novo secretariado de célula.

A Assembleia de célula realiza-se no Centro de Trabalho de Viana do Castelo do PCP e inicia-se pelas 14 e 30. No final será tempo de magusto/convívio aberto a todos os trabalhadores dos estaleiros.

São Martinho em Dalães

Dalães é uma terra do concelho de Famalicão. Este sábado, a partir das 14 horas, o dia vai ser diferente.

Por iniciativa da Comissão das Freguesias da zona do Ave e da Organização Concelhia de Famalicão do PCP vai haver festa de São Martinho.

Neste convívio participará, à noite, o grupo de cantares de Dalães. Pela tarde fora realiza-se o campeonato de Chincalhão.

Também presente, o camarada José Antunes, membro suplente do Comité Central e membro da Direcção da Organização Regional do Minho, referir-se-á à situação política.

Assembleia do Algarve em marcha

Continuam a bom ritmo os trabalhos preparatórios da 1.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve. Assim, estão já marcadas mais de 100 reuniões nos vários organismos de base para se discutir o projecto de resolução política — relatório, para eleger os delegados de cada organização e preparar a sua intervenção na Assembleia.

Ainda no âmbito da preparação desta Assembleia, onde estarão presentes cerca de 500 delegados, realiza-se em Faro um almoço-convívio promovido pelo organismo dos escritórios, caixeiros e vendedores.

Além deste almoço, que se realiza no sábado, no domingo Lagos será palco para o almoço-convívio promovido pela Comissão Concelhia. Neste Almoço participará o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Câmara de Vila Franca de Xira

Os militantes comunistas na Câmara e Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira reúnem-se hoje em plenário.

A reunião, que começa às 18 horas, realiza-se no Centro de Trabalho do Partido naquela localidade.

Em discussão estará a Campanha de Reforço das Células de Empresa e a situação política e social.

A música e os músicos no Vitória

Hoje, pelas 21 horas, João de Freitas Branco estará no Centro de Trabalho Vitória para nos falar sobre «a música, os músicos e a utilização da arte».

No prospecto que anuncia esta iniciativa está escrito que «a TV tem vindo a mostrar uma série biográfica sobre Wagner. Recentemente comemorou-se o centenário da sua morte». Depois pergunta-se «que estilo de música era a sua? Como participou nas agudas lutas de classe da Europa do seu tempo? Como foi a sua música utilizada pelo nazi-fascismo?».

Estas são, pois, algumas das perguntas a que se responderá no decorrer deste debate. Durante a discussão, excertos da obra de Wagner ilustrarão os assuntos abordados.

PCP

VILA REAL: «Temos que ir mais às aldeias»

• Desde a 2.ª Assembleia (1981), o Partido aumentou os seus efectivos em mais 24 por cento

Na sala a grande maioria dos presentes era constituída, naturalmente, por membros do PCP: tratava-se, afinal, da 3.ª Assembleia da sua Organização Concelhia. No entanto, nem só aos comunistas exclusivamente — bem longe disso — disse respeito o debate construtivo que decorreu no último sábado na Escola Preparatória de Vila Real, em Trás-os--Montes.

Não será mesmo exagero se dissermos que a vida, os problemas, os anseios e as aspirações comuns a quase todos os 47 mil habitantes, repartidos pelas 30 freguesias (incluindo as da cidade) e pelas 200 povoações deste concelho transmontano de 337 quilómetros quadrados de área, foram, de facto, temas abordados na Assembleia que reuniu dezenas de delegados sob o lema «Reforçar o PCP, Defender Abril» e que viria a terminar com uma sessão pública onde o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, falou da actual situação política e social, tendo comentado igualmente o significado da Assembleia (ver nesta página).

Também presentes na Mesa que presidiu aos trabalhos, além dos elementos da Comissão Concelhia cessante, os camaradas do Executivo da DORT Agostinho Lopes e Fernando Teixeira, membros do CC, e ainda Luís Correia.

Na ordem de trabalhos aprovada, apenas dois pontos: a análise do trabalho realizado no concelho e perspectivas de acção futura; e a eleição da Comissão Concelhia, que viria a ser apresentada na sessão de encerramento, momentos antes da intervenção do secretário-geral do PCP.

Material de estudo e reflexão

No âmbito do 1.º ponto da OT incluiram-se as várias intervenções apresentadas pelos delegados, que, a par do documento contendo o relatório de actividade e as conclusões e perspectivas, constituem um óptimo material de estudo e reflexão, na linha do conhecimento íntimo das realidades e da formulação de propostas válidas para a resolução dos problemas que se colocam às populações e aos trabalhadores. Uma linha que, como o «Avante!» tem frequentemente confirmado com exemplos bem diversificados, é sempre ponto saliente nestas e noutras iniciativas do PCP em todo o País.

Lendo o relatório apresentado à Assembleia e aprovado pelos delegados ou ouvindo as comunicações apresentadas e as intervenções de improviso para as quais se inscreveram vários delegados durante os trabalhos da Assembleia, seria fácil ficar com a sensação clara do que atrás referimos.

À responsabilidade assumida pelos que pautam a sua orientação e acção no contacto directo e constante com os reais sentimentos populares, juntou-se no ambiente vivo, fraterno e entusiástico desta Assembleia, a combatividade inquebrantável na afirmação da luta pela divulgação das posições do Partido, na luta pelo esclarecimento do povo. «Temos que ir mais às aldeias» — afirmaria um dos delegados. A ideia está certa. E toda a Assembleia o sublinhou.

Força apontada ao futuro

Repudiando as manobras caciqueiras, as pressões de toda a ordem exercidas sobre as populações, nomeadamente as das aldeias e povoações, denunciando a política de isolamento e atraso da região, os comunistas de Vila Real confirmaram uma vez mais que, apesar da sua organização concelhia contar apenas com 540 militantes (mais 24 por cento que na 2.ª Assembleia em 1981), a verdade é que a sua capacidade de intervenção, a sua crescente influência, o prestígio de muitos dos seus membros, a afirmação válida da actividade desenvolvida pelos 25 elementos da APU com mandatos nas autarquias do concelho e o trabalho persistente de ligação às massas reafirmam a ideia de que são uma força apontada ao futuro e que pela construção do futuro não pouparão esforços nem sacrifícios.

Um operário agrícola, calejado no trabalho difícil das vindimas da região do Douro, fala de solidariedade com a Reforma Agrária, de solidariedade com os companheiros do Sul. E revela que estava prevista a vinda à Assembleia de mais 11 trabalhadores que acabaram por não estar presentes devido às ameaças de despedimento que sofreram no próprio dia.

Ao mesmo microfone um delegado explica como vão as estruturas de saúde no concelho e fala dos problemas que obrigam muitos doentes a deslocarem-se para os hospitais do Porto (mais de 100 quilómetros e por uma estrada cheia de curvas).

O desemprego (que afecta no concelho mil trabalhadores), os problemas do comércio, a política da Câmara PPD/CDS/PS, a actividade cultural, desportiva e recreativa (incluindo um levantamento rigoroso das estruturas existentes), a unidade democrática, a juventude e a JCP, a organização do PCP e questões importantes da sua acção (quadros, funcionamento, fundos, informação e propaganda — destacando a importância do «Avante!» —, direcção, estilo de trabalho, etc.) foram aspectos desenvolvidos ao longo da Assembleia.

Mas os trabalhos não ficaram por aí. As questões da **habitação** (segundo reconhece a própria Câmara só a cidade carece de 2500 fogos), do **urbanismo**, do **abastecimento de água** e **energia eléctrica**, do **saneamento e salubridade** (os principais problemas referem-se às freguesias rurais — em 22 não há recolha de lixo) e do **ensino** (apontando-se os «porquês» das difíceis condições de trabalho existentes nas escolas) — foram igualmente temas em foco na Assembleia, que não esqueceu também os graves problemas das comunicações e transportes. Um exemplo: a linha ferroviária do Corgo, que a gerência da CP e o Governo querem encerrar, apresentando como alternativa o transporte rodoviário da empresa privada Cabanelas...

Trabalho autárquico

Caracterizando a situação política no concelho e a «arrumação» de influências no plano eleitoral, a Assembleia traçou uma panorâmica realista da «luta das várias frentes na situação actual», abordando a luta dos trabalhadores, a acção do movimento sindical unitário, a deficiente organização dos trabalhadores nas empresas (existem no concelho 113 empresas que empregam 3823 trabalhadores, das quais só 6 têm mais de 100 empregados), o papel dos trabalhadores comunistas, as lutas dos rendeiros e pequenos e médios agricultores, destacando nomeadamente a questão dos baldios e dos plenários dos produtores de batata, as lutas das populações em defesa das suas condições de vida, a luta das mulheres e o trabalho autárquico. Neste último tema salientou-se a intervenção de Fernando Nascimento, presidente da 1.ª Junta de Freguesia APU no concelho de Vila Real: **Ermida**, onde tem decorrido um trabalho valioso em benefício da comunidade local.

E já que se fala de trabalho autárquico — tema que suscitou também uma intervenção do eleito da APU na Assembleia de Freguesia de Lordelo (Manuel Carlos) — é de referir uma curta passagem do relatório aprovado: «O nosso trabalho na Assembleia Municipal tem atingido bom nível, sobretudo se atendermos a que a nossa presença se reduz a três eleitos mais o presidente da Junta de Ermida no meio de 65 membros. A par da participação fundamentada e crítica na discussão dos diversos problemas que são abordados na Assembleia, com realce para a discussão dos Planos de Actividade e Orçamento do Município, os eleitos da APU têm levantado muitas das principais questões do concelho, fazendo igualmente propostas para a sua resolução».

Eleger o 1.º vereador APU!

Pensando no futuro e pensando nas próximas eleições autárquicas, batalha em que os comunistas de Vila Real se empenharão com entusiasmo, como salientou a Assembleia tudo se fará para a concretização de alguns objectivos justos e necessários, nomeadamente a ampla divulgação das propostas democráticas para o concelho, o reforço da votação, a manutenção da JF de Ermida e a eleição do primeiro vereador APU para a Câmara Municipal, objectivo que nas últimas eleições não foi conseguido pela margem de duas centenas de votos.

Duas palavras finais sobre esta Assembleia que decorreu ao longo de quatro sessões de trabalho, com um intervalo maior para um almoço de confraternização no próprio local: foi salientado o empenhamento dos comunistas na concretização das conclusões e perspectivas definidas no documento central (frentes de luta e reforço do Partido); e foi num espírito de confiança e de coesão partidária que os delegados elegeram a C. Concelhia do Partido, colectivo responsável pelo trabalho político até à próxima Assembleia. Fazem parte da CC eleita 20 camaradas com a seguinte composição social e etária: 25 por cento são operários, 40 por cento são empregados, 20 por cento são intelectuais, 10 por cento têm profissões diversas, 5 por cento são agricultores, 20 por cento são mulheres, a média de idades é de 38 anos — o camarada mais novo tem 23 anos e o mais velho 62.

3.ª Assembleia da Organização Concelhia

Álvaro Cunhal, sobre a Assembleia

«Uma nova afirmação de como os comunistas intervêm na vida»

• O panorama da situação regional

Coube ao camarada Virgílio Alves, engenheiro zootécnico, membro da Comissão Concelhia e da DORT, dirigir a Mesa da sessão pública de encerramento da 3.ª Assembleia dos comunistas de Vila Real. Uma sala repleta aplaudiu então a nova Comissão Concelhia do Partido, eleita momento antes. Depois foi a intervenção, pronunciada de improviso, do secretário-geral do PCP, aguardada com especial interesse. Além dos delegados e convidados que durante o dia haviam participado na Assembleia, a sala contava agora com outros Vila-realenses, que ao fim da tarde desceram à Escola Preparatória da cidade.

«Trata-se de uma magnífica realização (...) e de uma nova afirmação de como os comunistas intervêm na vida política, na vida social, económica e cultural para a solução dos problemas do nosso povo. Toda a Assembleia, tanto nos documentos como nas intervenções, mostrou bem que a organização concelhia do PCP tem como preocupação fundamental servir os trabalhadores e servir o povo. Este foi o espírito que animou os trabalhos» — afirmaria o secretário-geral do PCP.

«O panorama que aqui apareceu» — diria mais adiante — «é uma amostra do panorama geral que se vive no nosso País», com algumas diferenças num ou noutro pormenor.

Tomando como referência as intervenções e a documentação da Assembleia, o camarada Álvaro Cunhal recordou alguns dos problemas mais sentidos no concelho, entre os quais a situação nalgumas empresas, o desemprego, o decrescente poder de compra das famílias, a deficiente rede de saúde (a falta de especialistas — só há um dentista, a falta de incubadoras para os recém-nascidos, etc.), as carências na habitação (duas mil casas sem água nem electricidade no concelho, a degradação das habitações, o alto custo das rendas).

Referindo-se à Câmara Municipal PSD, a quem competiria a intervenção para a resolução de problemas como, por exemplo, os da habitação, o secretário-geral do PCP, *sintetizando a informação dada pela Assembleia*, recordou as especulações de terrenos, as negociatas e os favoritismos na atribuição de habitações.

Ligação às realidades

Retomando a listagem de questões graves que se colocam no quotidiano do concelho, salientou o caso do ensino, com as escolas superlotadas, atraso na nomeação de professores, dificuldades na frequência da escola pelas crianças (preços dos transportes, da alimentação, do vestuário para o Inverno).

O saneamento básico, a defesa do meio ambiente (destacando a situação em que se encontra o rio Corgo, cada vez mais poluído), o abastecimento de água, o elevado preço da energia e «muitos outros aspectos da vida da população» foram ainda mencionados pelo secretário-geral do PCP, que apontou a realização desta Assembleia como testemunho da profunda ligação dos comunistas aos problemas das populações, *problemas para os quais apontam com rigor propostas de solução, lutando e* contribuindo directamente para a busca das soluções.

«Não pretendemos que não haja deficiências na nossa actuação. Sem dúvida que as há. Não somos, neste concelho, nós, os comunistas, ainda uma força suficiente para podermos ter a intervenção necessária naqueles organismos dirigentes da acção autárquica, da vida económica e social, que nos permitisse através do trabalho e dos recursos que esses instrumentos orgânicos e institucionais representam, dar a efectiva resolução dos problemas. Mas na medida das nossas possibilidades, procuramos com o nosso esforço dar os contributos para as soluções necessárias» — salientaria mais adiante, referindo-se aos problemas das freguesias, dos trabalhadores e populações, da juventude, dos reformados, das mulheres.

Noutra passagem da sua intervenção, Álvaro Cunhal recordou que além dos problemas do concelho de Vila Real a Assembleia também tinha referido questões mais amplas, relacionadas com a situação na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, salientando a propósito que está marcada para 27 de Janeiro de 1985 a 1.ª Assembleia da Organização Regional do PCP (ORT), onde «certamente serão aprofundados todos os problemas relativos à região».

Antes de se referir à situação política nacional, à actuação e objectivos do Governo PS/PSD e às grandes tarefas do momento, o secretário-geral do PCP fez um breve comentário a alguns aspectos da situação em Trás-os-Montes, declarando a dado passo:

«Foi dito muito justamente nesta 3.ª Assembleia que os problemas de Trás-os-Montes e Alto Douro estão abandonados. E que o atraso que se verifica na solução dos problemas resulta do abandono a que toda a região está votada por parte do Governo central. E poder-se-á perguntar se esse atraso, como alguns erradamente o dizem, resultaria de uma pobreza natural da região. Seria a região, no fim de contas, a «responsável» pelo seu próprio atraso?

Região «pobre»?

«Mas se nós conhecermos um pouco de Trás-os-Montes (...) sabemos que se trata de uma região com grandes recursos para o seu próprio desenvolvimento. E se considerarmos Trás-os-Montes e Alto Douro esses recursos são ainda maiores. São recursos mineiros, são possibilidades industriais e são grandes possibilidades agrícolas. Ninguém negará que em Moncorvo está debaixo da terra uma grande quantidade de minério de ferro, suficiente para permitir durante dezenas de anos que Portugal tenha uma siderurgia avançada, que hoje não temos. Ninguém negará que no que respeita a Trás-os-Montes há grandes possibilidades de exploração mineira como há também possibilidade e necessidade de implantação de indústrias transformadoras e também de apoio às pequenas e médias empresas, de forma a poderem desenvolver de forma mais favorável as suas actividades. Há energia eléctrica por aproveitar: o rio Tua, o rio Sabor podem produzir energia eléctrica mediante os empreendimentos necessários. E sobre a agricultura, aqui foi referido que em grande parte ela não se desenvolve devido, nomeadamente, aos elevados preços dos factores de produção. São tão altos que os agricultores os não suportam. É o preço do gasóleo. É o preço dos pesticidas. É o preços dos adubos, etc. Isto para não falar já de outras dificuldades que os agricultores encontram, como seja o escoamento dos seus produtos, como muito bem conhecem aqui em Trás-os-Montes aqueles que, por exemplo, produzem batata e que não é a primeira vez que a vêem apodrecer na terra porque o Governo ou os governos importam batata do estrangeiro, ficando o agricultor português sem a poder vender (...).

«Há outro empreendimento, que se poderia transformar num apoio importante à agricultura em Trás-os-Montes mediante medidas de organização necessárias: o **Cachão**. Ainda sobre a produção agrícola transmontana é de referir, não tanto para a zona de Vila Real mas para o Alto Douro, região contígua ao concelho, o que se está a passar com o vinho do Porto. O que se está a passar com os investimentos das multinacionais, ou seja, do imperialismo estrangeiro nesta região. Certamente não será para o desenvolvimento harmonioso nem da produção nem da comercialização nem da manutenção da alta qualidade do vinho do Porto.

«No que respeita aos transportes, ainda que por alusão, ainda que sem aprofundar o problema, mas referindo um aspecto que diz directamente respeito a este concelho, a 3.ª Assembleia referiu toda uma ofensiva que se está a desenvolver e que prejudicará gravemente os transportes transmontanos e concelhios. Falamos da linha do Corgo, da linha do Sabor (esta não respeita ao concelho) e também a concretização da via rápida Porto-V. Real-Bragança (...) que pode ter um papel importante no desenvolvimento da região.»

Campanha do Vitória nos 20 mil contos

Segundo o apuramento registado no passado dia 2 a campanha de fundos para a aquisição do Centro Vitória atingia os **19 912 344$10**, verba que não inclui ainda o montante conseguido na Festa do «Avante!» e que na próxima semana estaremos em condições de divulgar. Sendo assim, a campanha terá já ultrapassado os 20 mil contos. Voltando ao apuramento do passado dia 2, apontem-se os contributos das diferentes organizações e sectores da ORL do PCP: **Alenquer** – 38 470$00, **Arruda** – 20 000$00; **Azambuja** – 23 700$00; **Cadaval** – 15 460$00; **Mafra** – 110 400$00; **Lourinhã** – 5750$00; **Sobral** – 25 000$00; **Torres Vedras** – 118 500$00; **Amadora** – 427 763$50; **Cascais** – 493 168$50; **Carnaxide** – 652 670$00; **Oeiras** – 86 450$00; **Sintra** – 132 430$00; **Queluz** – 690 934$50; **Loures Ocidental** – 721 162$00; **Loures Oriental** – 657 627$00; **V. Franca de Xira** – 914 190$00; **CLL** – 7 722 617$10; **Bancários** – 657 862$50; **Seguros** – 136 123$00; **S. Público** – 408 360$00; **S. Transportes** – 1 504 140$00; **F. Pública** – 651 410$00; **S. Saúde** – 839 635$00; **S. Informação** – 149 920$00; **S. Intelectual** – 752 355$00; **S. Sindical** – 188 501$00; **SIP/DORL** – 109 530$00; **CT Vitória** – 124 513$00; **DORL** – 1 533 702$00. **Total 19 912 344$10.**

Reunião de quadros do concelho da Chamusca

Os quadros do Partido no concelho da Chamusca reuniram-se recentemente para discutir o papel e as tarefas da organização do Partido no quadro das lutas a desenvolver contra a política e pela demissão deste governo. Também em discussão esteve a preparação da 1.ª Assembleia Regional da Organização Regional de Santarém (ORSA).

Os militantes comunistas concluíram serem suas tarefas fundamentais a luta pela demissão do governo e chamar à luta cada vez mais sectores da população.

No que respeita ao trabalho interno do Partido definiram-se como tarefas prioritárias dos comunistas do concelho o fazer esforços no sentido de melhorar a ligação do Partido às massas e continuar esforços no sentido de reforçar a organização e elevar a participação e o nível ideológico dos seus membros, através da luta, dos cursos, do conhecimento e da utilização dos materiais do Partido».

Comissões de moradores

No Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, a 16 de Novembro reúnem-se os camaradas responsáveis pela frente de trabalho das Comissões de Moradores de Lisboa para discutirem a situação actual destas organizações de base e ver quais as medidas a tomar.

Esta reunião está também aberta a todos os camaradas membros de comissões de freguesia e a membros das comissões de moradores que se encontrem semi-paralisadas.

Na convocatória para esta reunião, que se realiza às 21 horas, é sublinhado que «as Comissões de Moradores foram criadas pela necessidade de organização e mobilização das populações na resolução dos seus problemas concretos e que constituem importante expressão do Movimento Popular de Massas organizado».

No entanto — frisam — «no Comité Local de Lisboa não tem sido dado o devido acompanhamento a estas estruturas, o que tem tido como resultado negativo a paralisação de muitas delas e o desaparecimento de outras».

É, pois, para suprir esta falha que se realiza a reunião onde, além da situação actual destas organizações, será discutida a organização do Partido nesta frente de trabalho.

Maratona de fado

Com a presença de Esmeralda Amoedo realiza-se este sábado, dia de São Martinho, a «Grande Maratona do Fado do Montijo».

A iniciativa decorrerá no armazém Stand Robalo e, além dos diversos fadistas que actuarão durante toda a noite, não faltarão os os petiscos, a água-pé e as castanhas assadas.

A maratona começa às 20 horas. No entanto, todos os que quiserem marcar mesas podem-se dirigir ao Centro de Trabalho do PCP no Montijo.

Assembleia em Benavente

Os militantes comunistas da freguesia de Benavente vão-se reunir em assembleia este sábado com o intuito de fazer o balanço da sua actividade, traçar objectivos e eleger a Comissão de Freguesia.

A Assembleia da Organização da Freguesia de Benavente do PCP, bem como o trabalho que a antecedeu, inserem-se no trabalho preparatório da 1.ª Assembleia da Organização Regional de Santarém (ORSA).

Neste âmbito,foi já reactivada a célula do Partido na empresa A. de Matos e na Câmara Municipal; foram contactados 31 camaradas dos 70 que não tinham qualquer ligação ao Partido e foram iniciadas obras de beneficiação do Centro de Trabalho.

Construção Civil de Lisboa

Amanhã, os militantes do Partido que trabalham nas empresas de construção civil de Lisboa vão-se reunir para analisar a organização do PCP nestas empresas e para tomar algumas medidas tendentes a contactar e a organizar o maior número de militantes do sector. Também a situação social vivida pelos trabalhadores deste ramo de actividade estará em discussão nesta reunião que se realiza pelas 19 e 30 no Centro de Trabalho Vitória.

A ordem de trabalhos será a seguinte: como primeiro ponto teremos a Organização do Partido e as medidas a tomar e, como segundo, a Situação Social no Sector.

Magusto na Festa

Este domingo vai haver festa no recinto da nossa Festa. Integrado na campanha para a angariação dos 60 mil contos necessários à aquisição do Vitória, vai haver magusto no Alto da Ajuda, no terreno da Festa do «Avante!».

Lá encontrarás castanhas, jerupiga e água-pé. Gente boa também não faltará. Deves é levar um petiscozinho qualquer para o almoço.

Plenário em Algés

A Liga dos Melhoramentos e Recreios de Algés vai servir de palco para o plenário de militantes desta freguesia que se realiza amanhã.

A campanha dos 60 mil contos estará em dicussão nesta reunião. A organização e a campanha de recrutamento serão outros dos assuntos abordados pelos militantes que se reunirem amanhã.

Também a situação política será analisada. Nesta reunião participa o camarada Hipólito dos Santos, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Lisboa e membro do Comité Central do nosso Partido.

Colóquios em Coimbra

O organismo de Animação Cultural da Comissão Concelhia de Coimbra do PCP retomou as suas actividades com um colóquio sobre Questões Laborais. Orientado pelo camarada Jorge Leite, estiveram presentes cerca de 40 pessoas que discutiram o tema, nomeadamente, o pacote de legislação antioperária.

Ainda no mês de Novembro, o organismo de Animação Cultural promove mais dois debates no Centro de Trabalho da Comissão Concelhia de Coimbra.

No dia 17, pelas 15 e 30, Manuel Guerra falará sobre «o Teatro Escolar e a Expressão Dramática na Educação».

Dia 24, também pelas 15 e 30, é a vez de Oliveira Dias, vereador eleito pela APU para a Câmara Municipal do Porto, falar da sua experiência como autarca.

Assembleia Regional do Minho

A Direcção da Organização Regional do Minho (DORM) convocou para os dias 8 e 9 de Dezembro a 1.ª Assembleia da Organização Regional do Minho do PCP.

Durante estes dois dias, cerca de 500 delegados discutirão e votarão a proposta de resolução política que contém o balanço do trabalho realizado até à data. A situação política e social na região e as linhas orientadoras da actividade dos comunistas no Minho estarão também em discussão.

Será eleita neste encontro, pela primeira vez, a futura DORM.

De 10 de Novembro a 2 de Dezembro está em discussão o anteprojecto de documento de resolução política. Assim, e também para que sejam eleitos os delegados, estão já previstas as seguintes reuniões para os próximos dias:

9 de Novembro – (Sexta-feira) – S. Tiago da Cruz – 21 e 30 – Escola Primária.

10 de Novembro (sábado) – Esposende – 15 horas – Escola Primária de Fão; Celeiros/Braga – 21 e 30 – Escola Nova; Zona de Pousada de Saramagos/Famalicão – 16h – Escola Primária de Pousada.

11 de Novembro (Domingo) – Zona de Ribeirão/Famalicão – 9 e 30 h – Escola de Ribeirão; célula da TMG – 10 horas – C.T. Famalicão; célula da Riopele – 9 e 30 – Escola Mato da Senra-/Joane.

Fado e castanhas na Voz do Operário

Integrado na Campanha dos 60 mil contos para o Vitória a primeira zona do Comité Local de Lisboa (CLL) leva a efeito no próximo sábado, na Voz do Operário, um magusto.

Tudo começará pelas 15 horas com um espectáculo musical em que actuarão o grupo «A Semente», «Banda Rei» e Isabel Cid.

À noite, às 21 e 30 horas, será a vez do fado, estando desde já assegurada a presença de vários fadistas amadores.

1.ª Assembleia da Distrital de Évora

Com data marcada para 20 de Janeiro, a primeira Assembleia da Organização Distrital de Évora do PCP realiza-se no seguimento das conclusões do X Congresso do PCP e destina-se a discutir e aprovar o relatório de Actividades e a eleger uma nova Comissão Distrital.

A Assembleia realiza-se em Montemor-o-Novo, no Curvo Semedo. Mas até lá, de 1 de Novembro a 21 de Dezembro, é posto à discussão nas organizações do Partido um projecto de relatório para, depois, já em Janeiro, se reunir o plenário da Comissão Distrital para aprovar o relatório tal como será apresentado à Assembleia.

A Comissão Distrital de Évora do PCP apela a todos os militantes do distrito para que «façamos da 1.ª Assembleia um marco para reforçar e dinamizar ainda mais toda a organização do Partido. Dar passos em frente na estruturação, no reforço das frentes de trabalho. Para que esta Assembleia sirva para multiplicar as assembleias nas organizações de base, para trazer novos militantes ao Partido, reforçar o trabalho ideológico, alargar a venda da imprensa, promover novos quadros, reforçar a ligação com as massas e reforçar a intervenção política do Partido na luta sem tréguas pela demissão imediata do governo PS/PSD, por uma alternativa democrática».

Para corresponder aos encargos inerentes à realização da Assembleia foram editados três cupons (50, 100 e 500 escudos).

Trabalhadores

Sector empresarial do Estado

Motor da economia avariado pela política antinacional

Hoje, dia 8 — Plenário das Organizações Representativas dos Trabalhadores **(ORTs)** do Sector Empresarial do Estado **(SEE)** em frente à Assembleia da República com início às 16 horas • **Função Pública** (Frente Comum) organiza acções de rua, hoje e amanhã, designadamente no Rossio.

Sábado, dia 10 — A CGTP-IN promove na Faculdade de Letras de Lisboa uma mesa-redonda sobre projectos legislativos do Governo, direito ao trabalho, liberdades sindicais e democráticas.

Domingo, dia 11 — Seminário da Mulher Trabalhadora, no Sindicato dos Ferroviários do Porto • Começa semana de luta no distrito de Vila Real, promovida pela respectiva União de Sindicatos • Encerra o 1.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Mármores e Madeiras.

Terça-feira, dia 13 — Inicia-se, prosseguindo a 14, uma Assembleia Geral descentralizada dos professores que «aprovará formas de luta, caso até lá as propostas dos docentes não sejam atendidas».

Quarta-feira, dia 14 — Prosseguem as paralisações parciais na **SEPSA** (Porto) iniciadas ontem.

Sábado, dia 17 — Desfile/manifestação no Porto • Início do 3.º Congresso da Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo de Portugal.

O Sector Empresarial do Estado (SEE) conhecido também por sector público da economia, ou sector nacionalizado, incluindo empresas públicas, nacionalizadas e participadas pelo erário público é «o motor da economia» nacional, actualmente o alvo preferido de uma intensa campanha denegridora por parte do Governo Soares/Mota Pinto.

As organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) do SEE, que deram anteontem uma conferência de imprensa no Rossio em Lisboa, revelaram que «só a três dessas empresas públicas **(Petrogal, EDP** e **EPAC)** o Estado deve – através deste Governo – 450 milhões de contos».

Das acções de luta em curso contra a situação vivida pelos trabalhadores e pelas empresas nacionalizadas, a Coordenadora das ORTs do SEE destacou o plenário público a realizar hoje na rua junto à Assembleia da República.

Dos resultados, reflexos e objectivos governamentais relativamente ao SEE, que inclui como se sabe as maiores unidades industriais, comerciais e financeiras do nosso país, as ORTs sublinham, no plano antinacional deste Governo, a instalação de bancos privados (com destaque para a banca americana); a entrega de gestão de empresas públicas a empresas privadas; o encerramento de unidades industriais e a extinção pura e simples de empresas públicas em sectores rendíveis, como sucedeu com a **Gelmar**, a **Companhia Portuguesa de Pescas**, a **Companhia de Transportes Marítimos** (CTM) e a **Companhia Nacional de Navegação** (CNN); o encerramento de estações e linhas da **CP**; o desmembramento da **Rodoviária Nacional** (RN); a venda de património de empresas públicas como a **EPAC, TAP** e **EPNC**; as negociatas em torno da **EPAC** (Empresa Pública de Abastecimento de Cereais) e da **Fundição de Oeiras**; a paralisação e boicote de investimentos já programados (**Siderurgia, Sines, Frota, Alqueva**, etc.) e, por último, a «marginalização dos gestores eleitos» por âmbito das CTs.

Segundo os objectivos da luta dos trabalhadores duramente atingidos no conjunto dessas empresas do SEE, a Coordenadora das ORTs destacou anteontem o combate à alienação do património, à extinção das EPs e a venda indiscriminada de participações do Estado nas empresas públicas; o combate à abertura do sector nacionalizado ao grande capital financeiro; a exigência do pagamento das dívidas estatais às EPs e o reforço das verbas orçamentais para o sector; reclamar o desbloqueamento dos grandes projectos de produção nacional, o pagamento dos salários em atraso e a manutenção dos postos de trabalho, bem como a entrada em funções dos gestores eleitos pelos trabalhadores.

Semana de luta e manisfestação no Porto

No seguimento das acções de luta desenvolvidas na zona Norte do País, a União dos Sindicatos do Porto anunciou nova semana de luta, esclarecimento e protesto a realizar entre 12 e 18 do corrente. Destaque para o **desfile/manifestação marcado para sábado da próxima semana na cidade do Porto**. Entre as acções de 12 e 18, inclui-se a **Conferência Nacional** (descentralizada) sobre o pacote governamental contra as leis do trabalho ainda favoráveis aos trabalhadores (dia 13) uma **jornada pelo pagamento de salários** (dia 15) e o que se prevê venha a ser uma **grande manifestação de massas**, dia 17 (sábado) por uma «viragem democrática, por uma nova política e um novo Governo», como consta do apelo da União dos Sindicatos do Porto.

Entretanto, no sector da **Função Pública**, incluindo **professores** e **enfermeiros** nomeadamente, decorrerão acções de sensibilização da opinião pública para as justas reivindicações dos **TFP** (técnicos e administrativos), no campo salarial e a reorganização das carreiras. **Destaque para hoje e amanhã, no Rossio de Lisboa**: exemplos da degradação dos salários, perda acelerada de poder de compra, baixa do nível de vida. Será servida uma bica simbólica ao preço de dez escudos. A Federação do sector e a Frente Comum (organismo que inclui várias associações sindicais unitárias e que fazem parte da comissão negociadora sindical) prevêem a agudização das formas de luta sem excluir a greve.

Movimentação em Trás-os-Montes

A União dos Sindicatos de Vila Real anuncia a nível do distrito uma semana de luta entre 11 e 17 de Novembro em curso. Dinamizar «**os verdadeiros projectos de desenvolvimento regional de Trás-os-Montes e Alto Douro**», travar o desemprego (são já **seis mil os desempregados** só no distrito de Vila Real) evitar que prossiga a eliminação de postos de trabalho (desde 1979, só nas empresas com mais de 20 trabalhadores **desapareceram mais de 1600 empregos**) e conseguir o pagamento dos salários em atraso (são **mil os trabalhadores que não recebem pontualmente as suas remunerações mensais**) eis alguns dos objectivos anunciados pela União dos Sindicatos de Vila Real, que considera este Governo e a sua política incapazes de dinamizar – pelo contrário – qualquer projecto de desenvolvimento regional, preferindo apoiar a ofensiva patronal contra os direitos fundamentais dos trabalhadores.

Equimental Sepsa e outras lutas

Além de grandes sectores de actividade como a **Função Pública, professores, enfermeiros, metalúrgicos e metalomecânicos, pescas** e **marinha mercante**, a luta prossegue em várias grandes empresas como a **Sepsa**, a **Equimental**; os trabalhadores concentram-se e protestam por várias formas como recentemente em **Évora, Grândola** e **Santiago do Cacém**, a movimentação sindical acelera o ritmo em sectores como a **Hotelaria**, o **Turismo**, a **Alimentação e Bebidas**, a **Construção Civil e Obras Públicas**.

Frutos e reflexos dessas lutas e acções de protesto nas ruas e nas empresas fazem-se sentir por exemplo na **Sorefame, (pagos os salários pela primeira vez a tempo e na íntegra de há 15 meses para cá, depois da manifestação-/concentração do dia 31 de Outubro findo na Amadora)**, na **Setenave** (atribuídos finalmente alguns subsídios prometidos pelo Ministério da Indústria há perto de seis meses), na **Lisnave**, onde a tutela ainda não conseguiu concretizar algumas das medidas mais ofensivas dos direitos dos trabalhadores. Frutos e reflexos esses que constituem exemplos a seguir pela grande massa dos trabalhadores atingidos pela actividade antinacional deste Governo e da sua política, que tenta tornar ainda mais grave para os direitos, interesses e garantias de quem trabalha e quer trabalhar nas condições que defende e ajudou a criar.

Terra

Governo sem freio aposta na ilegalidade

• Em causa novas reservas para agrários

O Governo PS/PSD liderado por Mário Soares acaba de cometer mais uma flagrante e escandalosa ilegalidade só possível de entender à luz de quem cegamente, passando por cima de tudo, não olha a meios para tentar alcançar aquilo que afinal todos os que o precederam não foram capazes de fazer: liquidar a Reforma Agrária.

Quem veio desta vez a público denunciar o caso foi o Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora em comunicado emitido no início desta semana. A história conta-se em poucas palavras.

Segundo a legislação em vigor (Decreto-Lei 81/78 de 29 de Abril) os prazos para os agrários requererem a concessão de reservas terminou em 30 de Junho de 1978 e para a concessão de majorações sobre as mesmas reservas em 16 de Julho de 1979. Apesar disto, a verdade é que de então para cá o Governo e o MAP têm vindo, para além de outras ilegalidades, a demarcar e a entregar aos agrários novas reservas e majorações em clara violação daqueles prazos, como aliás atestam os numerosos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo (STA) favoráveis aos trabalhadores.

Ora, como se tal não bastasse, e no sentido de dar cobertura legal a tantas e numerosas ilegalidades, eis que o Governo PS/PSD através do despacho n.º 86/84 do ex-ministro da Agricultura Soares Costa (publicado no «Diário da República» – II série de 18/10/84) manda alargar por mais 90 dias a contar daquela data, ou seja até 18 de Janeiro do próximo ano, o prazo para que os agrários possam requerer novas áreas adicionais (majorações) a somar às reservas que já receberam.

Por outras palavras o que isto quer dizer é que **quatro** anos depois de ter terminado o prazo o Governo vem agora alargar esse mesmo prazo para mais 90 dias e justamente a partir deste momento (18 de Outubro último).

No entender dos trabalhadores agrícolas por esta via o Governo pretende ir prolongando indefinidamente a demarcação de novas reservas, o roubo de novas terras às UCP's-/Cooperativas com o objectivo único de favorecer a sua clientela de agrários e reconstituir o latifúndio.

Ao prosseguir com as suas acções ilegais e desestabilizadoras que criam o desemprego e impedem o necessário desenvolvimento da agricultura, o Governo de Mário Soares, como insistentemente têm vindo a denunciar os homens da Reforma Agrária, está a atentar gravemente contra a produção, está a gerar uma permanente fonte de conflitos que impede um clima de paz e estabilidade e que se repercutirá inevitavelmente nos interesses nacionais.

Razões suficientemente fortes, pois, para que não haja um cruzar de braços e para que os homens e mulheres dos campos do Alentejo e Ribatejo — como fazem questão de insistir — prossigam determinados a luta em defesa da Reforma Agrária, pelo fim de todas as reservas, leilões e outros roubos de terras e bens.

1.º de Maio, Avis

Festejar resultados agrícolas a pensar no futuro

A Cooperativa de Produção Agrícola 1.º de Maio de Avis festejou no último sábado o encerramento do ano agrícola 83/84, ocasião que foi também aproveitada para dar a conhecer alguns dos projectos previstos para a campanha que ora começou.

Nas novas instalações sociais da Cooperativa, os presentes – gente amiga proveniente de diferentes pontos do País, cooperantes, familiares e população da vila e arredores (a festa foi aberta a toda a gente) — viveram intensamente um belo dia de convívio, em ambiente de fraternidade e alegria, e assistiram a um programa variado, recheado de surpresas onde não faltaram a música popular, a apresentação de ranchos folclóricos, bandas de música e de um grupo de «rock».

Exposta numa área situada nos terrenos anexos ao local onde decorreu uma parte do programa, devidamente alinhada, esteve também durante todo o dia uma parte do parque de máquinas da 1.º de Maio, das quais mereceram particular atenção dos visitantes os 10 tractores e uma máquina de silagem recentemente adquiridos. Sem ajuda de ninguém, resultado directo de um grande esforço de investimento por parte da Cooperativa, estas máquinas (a de silagem é a primeira do género existente no País) custaram qualquer coisa como 34 mil contos.

Um poderoso parque de máquinas ajuda a arrancar das terras da Cooperativa o pão e a riqueza indispensáveis ao bem-estar e ao desenvolvimento

Mas não é apenas este valor que nos dá uma ideia da capacidade de resistência e das potencialidades da Reforma Agrária, pese embora a hostilidade e a total ausência de apoios por parte dos sucessivos governos. Conforme assinalou José Luís, presidente da 1.º de Maio, numa breve intervenção sobre os resultados já apurados referentes à campanha prestes a findar, os números falam por si: de trigo foram colhidos um milhão e 450 mil quilos, o que dá uma produção média de 2830 quilos por hectare; a cevada dística atingiu uma produção de um milhão e 200 mil quilos e a de aveia chegou às 630 toneladas; o grão-de-bico rondou os 40 mil quilos e o tomate atingiu a soma de quatro milhões e 700 mil quilos.

O tabaco deu este ano 80 mil quilos; o milho, com a safra por acabar, já vai em 180 mil quilos, o mesmo se passando com o arroz de que já se colheram 630 mil quilos, esperando-se contudo ultrapassar o milhão.

Igualmente significativos são os números relativos à pecuária e seus derivados vendidos durante o ano em curso: 9442 borregos, 718 cabritos e 162 leitões alentejanos; mais de 870 mil litros de leite de vaca e 600 vacas de ventre.

O efectivo pecuário existente divide-se, entretanto, entre 11 500 ovelhas, das quais nove mil são reprodutoras; 2300 porcos; 600 cabras; 720 vacas de ventre e 430 vacas leiteiras.

Quanto ao parque de máquinas a Cooperativa possui, para além dos já referidos, 62 tractores equipados com mais de 300 alfaias agrícolas, nove ceifeiras-debulhadoras; 15 enfardadeiras, quatro camiões e seis carrinhas ligeiras.

A acção da Coopertiva e as suas incidências na vida dos 416 cooperantes e famílias e da populações das três freguesias por onde se estendem as suas terras não se mede contudo apenas por estes resultados. Falar da Reforma Agrária e das transformações que ela operou nos campos do Alentejo e Ribatejo e neste caso no concelho de Avis, é falar também, obrigatoriamente, nas obras realizadas no plano social de que toda a gente beneficia: as cantinas, as creches, os lares de terceira idade, os talhos e supermercados, padarias, lagares, etc., etc.

Com sacrifícios, muita dedicação e engenho os trabalhadores da 1.º de Maio têm sabido arrancar das terras da sua cooperativa o pão e a riqueza indispensáveis ao bem-estar e ao progresso da agricultura e do País.

Apesar de sós neste esforço, enfrentando o arbítrio e a violência de sucessivos governos, sem qualquer tipo de apoio de quem tinha a obrigação de o fazer, os resultados obtidos pelos trabalhadores da 1.º de Maio mostram que não há alternativa nos campos do sul à Reforma Agrária.

Eles sabem-no! Por isso, confiantes, continuam a investir.

Apostados no futuro!

Encontro em Beja, sábado

400 operárias agrícolas debatem problemas do sector

Subordinado ao lema **«Mulheres em luta pelo pão, pelo trabalho, pela paz»** decorre no próximo sábado, no salão dos Bombeiros Voluntários de Beja, um Encontro de Operárias Agrícolas que contará com a presença de cerca de 400 mulheres provenientes de todo o distrito.

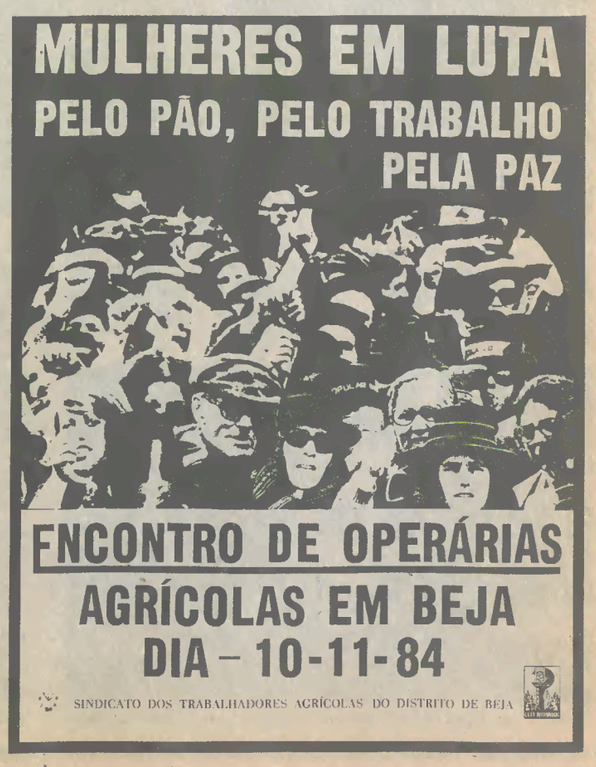
A iniciativa partiu do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e tem em vista analisar os principais problemas e preocupações que atingem as mulheres ligadas à agricultura, designadamente as questões reivindicativas e a luta pelo direito ao trabalho contra as terras abandonadas pelos agrários.

Com início marcado para as 10 horas os trabalhos incidirão particularmente em aspectos como a luta e defesa da Reforma Agrária, o desenvolvimento da região e da agricultura, o desemprego e o aumento do custo de vida, o direito ao ensino e à saúde, a luta pela paz e pela defesa do Portugal de Abril.

Entretanto, no decorrer do trabalho preparatório para o Encontro, foram já realizadas 42 reuniões em outros tantos lugares do distrito que contaram com a participação de mais de três mil mulheres. Durante esses plenários várias questões mereceram uma atenção particular dos intervenientes, a saber a exigência de subsídio de desemprego para todos os desempregados involuntariamente nessa situação, a revogação do decreto lei 297/83 que estabelece que os trabalhadores tenham no mínimo 180 dias de trabalho nos últimos 360 dias.

As acções de sabotagem por parte dos agrários, nomeadamente a enterra da azeitona, foram também repudiadas em todas as reuniões preparatórias, admitindo-se que o Encontro possa vir a apontar algumas formas de luta que ponham cobro a tais crimes.

Na sequência dos trabalhos, cujo encerramento está previsto para as 17 horas, haverá uma parte cultural a que estarão presentes o grupo «Vozes da Planície» e ainda um grupo coral.



PCP

2.ª zona de Lisboa em Assembleia

No próximo dia 18 realiza-se a 3.ª Assembleia da Organização da 2.ª Zona do Comité Local de Lisboa do PCP.

Na reunião, que se realiza na Academia de Santo Amaro, estão presentes 213 delegados, unidos sob o lema «reforçar o Partido, alargar a unidade, continuar Abril».

Nesta 3.ª Assembleia estará presente o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

A discussão do documento-base termina já este sábado, depois de se ter prolongado desde dia 17 do mês passado

São Martinho popular no cabeço de Montachique

Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, participa num comício que se realiza este domingo no Cabeço do Montachique, Loures.

O comício insere-se nas festas do São Martinho Popular promovidas pela Comissão Concelhia de Loures do PCP que se realizam no parque de campismo.

Integrada no conjunto das iniciativas para a angariação de fundos da campanha dos 60 mil contos para a compra do Vitória, a festa começa pelas nove horas e prolonga-se pelo dia fora.

Haverá jogos e torneios desportivos, espectáculo infantil, almoço-convívio, magusto, cinema, comboio da paz e fados e guitarradas.

Além de José Barata Moura, de Rogério Paulo, Mário Pereira e Francisco Ceia, também participam neste magusto popular o Grupo Coral Alentejano do Bairro de Santiago-Camarate, o grupo musical Phanta-Rhei, o Rancho Folclórico Infantil da Brandoa, a classe de ginástica do Sacavenense e diversos núcleos de pioneiros.

A não perder!

Guarda e Castelo Branco reúnem-se

Realizou-se recentemente um Encontro Regional de Quadros da Guarda e de Castelo Branco.

Tendo como objectivo analisar a situação política, os problemas dos trabalhadores, proceder ao balanço das campanhas organizativas e apontar medidas para o reforço do Partido na Beira Interior, concluiram os participantes que esta região «continua votada ao abandono e condenada ao sub-desenvolvimento por parte dos sucessivos governos».

Depois de se certificarem da necessidade da intensificação da luta, os quadros da Beira Interior alertaram para a necessidade de ser dado um maior apoio aos eleitos da APU nas autarquias.

Os participantes no encontro foram informados da realização, em Março de 1985, das Assembleias de Organização dos dois distritos. Tomaram também conhecimento da compra do edifício onde está instalado o Centro de Trabalho da Lourinhã e do lançamento de uma campanha de fundos de 4500 contos para a compra do Centro.

Plenário na Brandoa

No sábado, na Brandoa, realiza-se um plenário de militantes da freguesia.

Esta reunião tem como objectivo discutir questões de organização e a situação política e social.

No plenário, que se inicia às 15 horas no Pavilhão Polivalente, participará a camarada Marília Villaverde Cabral, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Lisboa.

Na convocatória emitida pela Comissão de Freguesia da Brandoa do PCP é afirmado que a organização do Partido na freguesia precisa de melhorar o seu funcionamento, a sua organização e direcção, precisa de se ligar mais à população da freguesia e de discutir a situação política e social.

Magustos em Aveiro e Gaia

Comemorar o S. Martinho pode ser também um excelente pretexto para juntar pessoas e viver agradáveis momentos de convívio. Assim o pensam várias organizações do PCP do distrito de Aveiro que organizam magustos nos dias e Centros de Trabalho a seguir indicados:

Dia 9, Estarreja; dia 10, S. João da Madeira e Espinho; dia 11, Vila da Feira.

Prometem não faltar com as castanhas, a jeropiga e a boa água-pé e só pedem a tua comparência e a de outros amigos.

O Centro de Trabalho do PCP em Gaia vai ser palco, este sábado, de um grande magusto organizado pela Comissão Concelhia de Gaia do PCP.

O magusto, que promete ser uma grande reunião de convívio e fraternidade, começa às 21 e 30.

Internacional

NICARÁGUA

Vitória da Revolução

A vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional, por larga maioria, nas eleições gerais realizadas no passado domingo na Nicarágua, se não constituiu propriamente uma surpresa para ninguém nem por isso deixou de ser sentida como uma clamorosa derrota por quantos, em particular na América Central, andam a mando do imperialismo norte-americano.

É que se a vitória sandinista era previsível (e os esforços desenvolvidos para adiar as eleições, primeiro, e para as desacreditar, depois, são bem a prova disso), o mesmo não se poderá dizer no respeitante à participação popular e muito menos no tocante à forma como estas primeiras eleições iriam decorrer.

Acontece que os nicaraguenses acorreram massivamente às urnas, numa participação estimada em mais de 80 por cento, mostrando assim o profundo repúdio popular pelas forças contra-revolucionárias que não cessaram de apelar à abstenção. Não menos relevante é o facto de apenas 11 das 3892 assembleias de voto não terem podido funcionar, devido aos ataques armados perpetrados pelos «contras» nos departamentos de Nueva Segóvia e Matagalpa, no norte da Nicarágua.

Por mais elucubrações que se façam, perante estes factos e a atribuição de mais de 65 por cento dos votos à Frente Sandinista, uma única leitura é possível das eleições na Nicarágua: o povo nicaraguense consagrou nas urnas a sua firme determinação em defender e consolidar as conquistas da revolução sandinista.

Bem pode a administração Reagan afirmar, como já fez, que as eleições foram uma «farsa» e que a sua realização não se traduzirá em nenhuma alteração da política agressiva norte-americana na região. Os mais de 400 observadores estrangeiros que acompanharam o escrutínio, incluindo os que o fizeram com a intenção de o denegrir, não poderão ocultar a participação popular ou modificar o sentido dos votos entrados nas urnas. Pelo que constituem, voluntária ou involuntariamente, um testemunho desta nova vitória da revolução na Nicarágua.

As eleições do passado domingo representam assim, como se faz notar numa nota divulgada pela SIP do PCP, **não apenas um novo e importante passo no sentido da consolidação interna da revolução nicaraguense, mas uma nova e significativa vitória do povo da Nicarágua face ao imperialismo norte-americano e às tentativas de, por todos os meios, isolar, desestabilizar e liquidar a revolução sandinista.**

A vitória eleitoral dos sandinistas consolida a revolução

As afirmações norte-americanas de que estas eleições não implicam qualquer mudança na sua actuação face à Nicarágua comprovam, por outro lado, como a SIP também sublinha, **a política de guerra não declarada e de autêntico terrorismo de Estado** conduzida pelos EUA na América Central, bem como a sabotagem sistemática dos **esforços dos dirigentes da Nicarágua e da comunidade internacional para que seja posto fim a uma tal política e se alcance a paz.**

Denunciando e condenando firmemente a política agressiva norte-americana, que prossegue e intensifica os preparativos para uma intervenção militar directa em larga escala contra a Nicarágua e outros povos da América Central, o PCP exige que seja respeitado o direito do povo nicaraguense e demais povos da América Central de decidirem o seu *próprio destino.*

Como faz notar a nota da SIP, **os perigos de uma invasão, directa ou indirecta, da Nicarágua pelos EUA, não estão afastados**, pelo que **a solidariedade para com a FSLN e o povo nicaraguense tem de prosseguir.** Nesse sentido, o PCP **apela à classe operária, aos trabalhadores, às forças democráticas para que denunciem pelos meios ao seu alcance a política agressiva da administração norte-americana contra a Nicarágua e exijam que o Governo português ponha termo imediato à sua política de conluio com o imperialismo norte-americano e os contra-revolucionários nicaraguenses, contra o governo revolucionário legítimo da Nicarágua.**

A oportunidade deste apelo não podia ser maior: forças navais dos EUA e de cinco países das Caraíbas iniciaram anteontem manobras conjuntas na região; trata-se de um conjunto que tem a particularidade de ser idêntico ao que apoiou a invasão de Granada!

O futuro dirá se se trata de mais uma provocação ou, como justificadamente se receia, de mais um passo nos preparativos da intervenção directa.

Felicitações e solidariedade do PCP

À Direcção Nacional
da Frente Sandinista de Libertação Nacional

Queridos Camaradas

Em nome dos comunistas portugueses e certos de interpretar os sentimentos da classe operária e dos trabalhadores de Portugal, felicitamos a FSLN pela grandiosa vitória alcançada nas eleições de 4 de Novembro, que traduz e confirma o extraordinário apoio popular da FSLN e a determinação do povo da Nicarágua em defender e consolidar as conquistas da revolução sandinista.

Aproveitamos a ocasião para reiterar a inteira solidariedade do Partido Comunista Português para com a luta heróica da FSLN e do povo nicaraguense em defesa da independência e da soberania da sua pátria face às provocações, agressões e ameaças de intervenção militar em larga escala do imperialismo norte-americano e pela edificação de uma nova Nicarágua próspera e progressista.

Recebei, queridos camaradas, as nossas fraternais saudações e os votos de novos e grandes sucessos na vossa acção ao serviço da causa do povo nicaraguense, que é também a causa de todas as forças que lutam pela emancipação nacional e social.

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português.

Lisboa, 5/11/84

67.º aniversário da Revolução de Outubro

Mensagem do PCP

Por ocasião do 67.º aniversário da Revolução de Outubro, o Comité Central do Partido Comunista Português, enviou ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas:

Sessenta e sete anos passados sobre a data gloriosa do 7 de Novembro nós, comunistas portugueses, encontramos novas razões para evocar a gloriosa Revolução de Outubro, sublinhar uma vez mais o extraordinário alcance histórico da primeira revolução socialista vitoriosa, valorizar as realizações e êxitos alcançados pelo povo soviético, sob a direcção do PCUS, na edificação da nova sociedade livre da exploração do homem pelo homem e destacar a extraordinária influência que a realidade socialista da URSS e a política externa de paz e solidade internacionalista conduzida pelo PCUS e pelo Estado Soviético exercem no desenvolvimento do processo revolucionário mundial e na defesa da paz.

Nesta data histórica da vida do povo soviético, do proletariado internacional e de todos os povos do mundo, o Comité Central do Partido Comunista Português, certo de interpretar os sentimentos dos comunistas e da classe operária de Portugal, envia ao Comité Central do PCUS e por seu intermédio a todos os comunistas e ao povo da União Soviética as mais calorosas e fraternais saudações.

As celebrações do 7 de Novembro têm lugar numa situação internacional particularmente complexa e perigosa para os destinos da paz.

O imperialismo, e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano, conduz uma política aventureirista, militarista e agressiva, que se traduz em sistemáticas pressões, ingerências e agressões contra os povos de numerosos países e regiões do mundo e ameaça mergulhar o mundo no holocausto destruidor da guerra nuclear.

A defesa da paz tornou-se nos nossos dias tarefa central e urgente comum a todos os trabalhadores e povos do mundo.

As raízes da agressividade do imperialismo encontram-se na profunda crise em que o sistema capitalista se debate, e nas suas tentativas desesperadas para conter e se possível inverter o curso irreversível e irresistível do processo de emancipação social e nacional dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes.

Desde o triunfo da Revolução de Outubro em 1917, num período histórico curtíssimo, produziram-se no mundo grandes transformações revolucionárias.

Definitivamente derrotado no campo da competição pacífica entre regimes sociais diferentes, o imperialismo norte-americano e os círculos mais reaccionários da NATO tentam a todo o custo alcançar a superioridade militar estratégica sobre a URSS e o campo socialista, proclamam provocatória e irresponsavelmente a sua pretensão de suprimir o próprio socialismo.

A vida mostrou porém que tais projectos do imperialismo estão condenados ao fracasso. Mas mostrou também que é necessária uma acção resoluta, enérgica e vigilante de todas as forças amantes da paz.

É necessário e é possível obrigar o imperialismo a recuar, defender a paz, impôr o triunfo dos princípios da coexistência pacífica, avançar pelo caminho do desarmamento e do desanuviamento, assegurar o prosseguimento vitorioso do processo revolucionário.

Neste sentido o PCP considera da maior importância o fortalecimento da cooperação, amizade e solidariedade recíproca das grandes forças de transformação revolucionária do mundo contemporâneo e actua invariavelmente pelo fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional, com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, factor fundamental e insubstituível da cooperação de todas as forças da democracia, da independência nacional, do progresso social, do socialismo e da paz.

Queridos Camaradas:

Em Portugal os comunistas portugueses lutam, no quadro de um amplo e vigoroso movimento operário e popular, em defesa das conquistas da revolução do 25 de Abril, por uma alternativa democrática e patriótica ao actual governo antipopular e antinacional, por uma política externa de independência nacional, de paz, amizade e cooperação com todos os povos. Nesta luta temos sempre contado com a solidariedade do PCUS e do povo soviético; o PCUS e o povo soviético podem também contar com a solidariedade dos comunistas portugueses.

Fazendo votos por novos e grandes sucessos no trabalho pacífico e criador dos comunistas e do povo soviético nas complexas, mas exaltantes tarefas de edificação da sociedade socialista desenvolvida, expressamos a nossa vontade de continuar a agir para o fortalecimento das tradicionais relações de fraternal amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, no interesse das relações de amizade entre os nossos povos e entre Portugal e a União soviética, no interesse dos ideiais comuns do socialismo e da paz.

Viva o 67.º Aniversário da Revolução de Outubro!
Viva a Amizade e a Solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da União Soviética!
Viva o Internacionalismo Proletário!

Contra os interesses nacionais

Vinte e quatro cidadãos portugueses raptados, dos quais dez desaparecidos, e mortos — é o balanço oficial de vítimas da «Renamo», bando terrorista armado, entre cidadãos e cooperantes portugueses em Moçambique, *desde Janeiro de 1982. São números avançados* pelo Consulado Geral de Portugal em Moçambique.

Sublinhando ainda a gravidade da situação que tais números reflectem, a AIM (Agência de Informação de Moçambique) afirma que, entre os cidadãos estrangeiros raptados ou mortos pelos bandidos armados, os portugueses têm sido os mais atingidos. Paralelamente a este tipo de acção terrorista, têm sido dirigidas ameaças, em Lisboa, a empresários portugueses com interesses em Moçambique, utilizando a chantagem de exigir largas somas de dinheiro a troco da promessa das respectivas empresas não serem atacadas.

Tudo isto se passa, enquanto a «Renamo» actua, às claras, exactamente em Portugal, e contando, pelo menos, com a activa tolerância do Governo português, que quando necessário invoca a seu favor, desde o direito à informação, à necessidade de se impor a lei de «segurança».

Acções de banditismo contra cidadãos portugueses têm sido anunciadas e reivindicadas em Portugal. E a «Renamo» vai já mesmo ao ponto de distribuir comunicados em Lisboa, anunciando uma «ofensiva militar» em Moçambique, e em que se «aconselha» os cooperantes estrangeiros naquele país a «buscar refúgio» nas principais cidades.

Esta uma faceta — chocante — de uma política que directamente atenta contra os interesses nacionais, e pelos vistos passa também pelo sacrifício de portugueses que cooperam na reconstrução de países com os quais o Governo afirma desenvolver relações preferenciais. O que não pode deixar de nos levar a recordar um argumento invocado para cobrir a calorosa recepção ao primeiro-ministro racista Botha — a defesa dos interesses dos portugueses residentes na África do Sul (que aliás hoje, quando o governo de Pretória praticamente impõe aos cidadãos estrangeiros *a cidadania sul-africana, não aparecem particularmente* defendidos).

A outra faceta, que poderemos considerar determinante, desta política externa anti-nacional, tem a sua concretização na evidente deterioração de relações entre Portugal e Angola e Moçambique.

Há bem poucos dias foi chamado o embaixador português ao ministério dos Negócios Estrangeiros de Moçambique. Após o encontro com o ministro Joaquim Chissano, é divulgado um comunicado em que se sublinha as «graves preocupações da República Popular de Moçambique acerca do envolvimento de cidadãos e personalidades portuguesas na preparação e direcção de actos de banditismo armado a partir de Portugal contra Moçambique» e se salienta ainda que «o desenvolvimento livre e impune de tais actos criminosos a partir do território português contraria os princípios do normal relacionamento entre Estados e põe em causa as boas *relações entre os dois governos».*

Também de Angola surge o alerta quanto à deterioração das relações entre os nossos países. Neste caso, da parte dos cooperantes portugueses organizados na Associação 25 de Abril, que denunciam o profundo envolvimento do Governo português na «espiral subversiva contra a República Popular de Angola», reclamando, em nome da «amizade com Angola soberana» e da «salvaguarda da presença democrática de Portugal no mundo», a urgente demissão do Governo, antes que a sua actuação «arraste o país para situações irreversíveis no plano externo».

A gravidade e o carácter que a política externa portuguesa tem vindo a assumir com o governo PS/PSD, foi recentemente referida pelo camarada Álvaro Cunhal, no Porto, ao afirmar: «A política externa portuguesa tornou-se, com Mário Soares/Mota Pinto, um instrumento da estratégia aventureirista de intervenção e guerra *do governo norte-americano».* Salientando ainda: Mário Soares, «ao mesmo tempo que estende a mão para o aperto supostamente amistoso com a luta dos povos, estende a outra (e com apoios concretos) aos bandos armados — como é o caso da «Unita» e da «Renamo» — que procuram destruir regimes progressistas e entregar de novo ao imperialismo os países que conquistaram a sua independência nacional».

Na verdade, em Angola e Moçambique, o Governo português está a mostrar com clareza — apesar dos esforços em contrário — o verdadeiro carácter da sua política externa. Virada contra os interesses do povo português e de todos os povos que defendem a sua liberdade, as suas conquistas revolucionárias.

Indira Gandhi vítima de conspiração

• Firme repúdio do PCP

O assassinato de Indira Gandhi, primeiro-ministro da Índia, na quarta-feira da semana passada, provocou a maior consternação e repúdio em todo o mundo.

Admirada por muitos, respeitada por todos, Indira Gandhi sucumbiu vítima de uma conspiração de que se desconhece ainda toda a amplitude mas que parece desde já estar intimamente ligada com a estratégia do imperialismo naquela região. A utilização de elementos sikhs para levar a cabo o crime (Indira foi morta por elementos da seita sikhs que faziam parte da sua guarda pessoal), numa tentativa demasiado óbvia para fazer crer tratar-se duma manobra de vingança daquela seita contra os hindus e em particular contra o malogrado primeiro-ministro, não foi suficientemente convincente.

Sem tentar escamotear a importância dos conflitos religiosos na Índia, nomeadamente a rivalidade existente entre sikhs e hindus, é preciso reconhecer que esse factor tem sido explorado ao longo dos anos para servir interesses políticos que nada têm a ver com as aspirações do povo indiano. Os conflitos constantes do Pumdjabe, que estariam aparentemente na origem do assassinato de Indira — retaliação pela invasão do Templo Sagrado dos sikhs ordenada por Indira Gandhi para desalojar os elementos armados que ali se refugiaram aquando dos sangrentos confrontos registados há alguns meses — têm na verdade por detrás planos de divisão da Índia a que não são estranhos os EUA nem o seu mais fiel aliado na região, o Paquistão.

Indira Gandhi, que durante os 18 anos em que esteve à frente do governo indiano teve de enfrentar graves problemas que nem sempre tiveram a melhor resposta, seguia do ponto de vista externo uma política de não alinhamento e de firme defesa da paz mundial. O que a transformou num elemento pouco apreciado pelo imperialismo.

Os confrontos que se registaram na Índia após a sua morte e que se saldam em mais de um milhar de mortos, poderão não ter um carácter tão espontâneo como parece à primeira vista. Forças há que estão interessadas na desestabilização da Índia.

A escolha de Rajiv Gandhi, filho de Indira, para o cargo de primeiro-ministro, constitui de momento uma incógnita quanto à política futura do país. O que se sabe ao certo é que o povo indiano e os democratas de todo o mundo têm motivos para estar de luto com a morte de Indira.

Assim o entendeu também o CC do PCP, que ao tomar conhecimento da trágica ocorrência enviou ao Partido do Congresso da Índia um telegrama em que manifesta **o seu mais firme repúdio pelo atentado que vitimou Indira Gandhi, líder do Partido do Congresso, primeiro-ministro da Índia e insigne estadista.**

A morte de Indira Gandhi deixou de luto todos os democratas

BRASIL

Escalada anticomunista visa impedir a democracia

À medida que a virtual vitória do candidato da oposição brasileira às eleições presidenciais, Tancredo Neves, vai deixando de suscitar dúvidas, a democracia tutelada que se vive no Brasil deita as garras de fora e mostra a sua verdadeira face de ditadura mal disfarçada.

Os assaltos às instalações do «Voz da Unidade», órgão central do Partido Comunista Brasileiro (PCB); as detenções de comunistas, incluindo a de Giocondo Dias, secretário-geral do PCB; a instauração de processos aos membros da respectiva Comissão Directora Nacional Provisória e a violação de residências, centros culturais, igrejas, sem mandatos judiciais, para uma autêntica caça aos comunistas, atestam bem o carácter repressivo do regime do general Figueiredo e ao mesmo tempo a sua fragilidade.

O argumento utilizado pelo ministro da Justiça para justificar aquelas actividades é meramente formal: a ilegalidade do PCB.

É um facto que o PBC é ilegal, como de resto o tem sido quase sempre ao longo da sua já longa história. Mas é também um facto que nunca, nem no passado (pese embora as profundas vissicitudes sofridas com a feroz repressão a que esteve sujeito), nem no presente, o PCB esteve ausente da vida política brasileira. Como é um facto que hoje, na «abertura» política brasileira, o PCB só não está legalizado devido à arbitrariedade oficial vigente, uma vez que foram cumpridos todos os preceitos legais exigidos para o efeito.

Em última análise poder-se-ia dizer que é a ilegalidade do regime que atribui o carácter ilegal ao PCB, pelo que carecem de quaisquer fundamentos as acções e processos que nessa base lhe são feitos.

Mas o que torna a actual caça aos comunistas mais insólita e simultaneamente mais sintomática reside na circunstância dela ocorrer agora, a escassos dois meses da escolha do novo presidente.

Insólita, porque nos últimos tempos e em particular no decorrer do presente ano a actividade do PCB dificilmente poderia ser mais legal para um partido na ilegalidade. Os dirigentes comunistas, perfeitamente identificados como tais, têm vindo a exercer os direitos conquistados pela luta de massas, como os outros cidadãos; comunistas destacados foram eleitos para os mais variados órgãos municipais; há deputados comunistas em exercício; a propaganda e a informação do PCB não surguiu agora à luz do dia, antes se faz há muito sem peias legais; é do domínio público o apoio do PCB à candidatura de Tancredo Neves enquanto meio para unir as forças democráticas na luta pela instauração da democracia.

Sintomática, porque através desta acção se prova uma vez mais que por maior que tenha sido a «abertura» no Brasil as forças no poder continuam a assentar as suas raízes na repressão e opressão.

O que está em causa

Ao regime brasileiro interessa a «abertura» democrática (na medida em que já não é capaz de a evitar), desde que ela não ponha em causa os próprios fundamentos do regime. Quando a dinâmica da luta de massas ameaça ultrapassá-lo, como está a suceder agora com a escolha do sucessor do presidente Figueiredo, a «abertura» é esquecida e os velhos métodos de intimidação desenterrados.

Porque é de intimidação que se trata, com esta caça aos comunistas no Brasil. Intimidação dos comunistas, sem dúvida, mas muito em especial dos restantes democratas que com eles levam a cabo a tarefa difícil de reunir forças em torno da eleição presidencial e na elaboração de uma plataforma comum de acção pós-eleições.

É dessa acção comum que o regime tem medo. Os apoios à candidatura de Tancredo Neves implicam compromissos mútuos. O que neste momento se joga no Brasil não é apenas nem sobretudo o futuro presidente mas o futuro da democracia. Derrotar o candidato Paulo Maluf não consiste só em reunir um maior número de votos para Tancredo no colégio eleitoral; derrotar Maluf só faz sentido se Tancredo representar uma nova proposta de regime, onde a democracia seja exercida plenamente.

Todos o sabem no Brasil. Por isso a repressão aos comunistas, por isso os rumores de golpe que surgem dos sectores mais reaccionários das forças armadas, por isso a escalada repressiva. O repúdio que tal está a causar nos sectores democráticos brasileiros é um sintoma de maturidade e vitalidade das forças políticas progressistas que importa aprofundar e desenvolver.

Os comunistas são sempre as primeiras vítimas dos regimes repressivos, mas nunca são os únicos. O que se passa no Brasil é um alerta e uma ameaça a todos os democratas; há que lhe fazer frente antes que os aspirantes a ditadores consigam travar o processo de retorno à democracia plena.

A luta contra a miséria e a exploração passa pelo restabelecimento da democracia